

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

ZULEIDE MARIA MATULLE

**PARAÍSO SOCIAL, TERRITÓRIO ESTRATÉGICO: A REPRESSÃO AOS
ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS ENTRE UNIÃO DA VITÓRIA (PR) E A
FRONTEIRA ARGENTINA NO CONTEXTO DO ESTADO NOVO E SEGUNDA
GUERRA MUNDIAL**

UNIÃO DA VITÓRIA
2024

ZULEIDE MARIA MATULLE

**PARAÍSO SOCIAL, TERRITÓRIO ESTRATÉGICO: A REPRESSÃO AOS
ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS ENTRE UNIÃO DA VITÓRIA (PR) E A
FRONTEIRA ARGENTINA NO CONTEXTO DO ESTADO NOVO E SEGUNDA
GUERRA MUNDIAL**

Trabalho apresentado ao curso de Pós Graduação, *Latu Sensu*, Dinâmicas Regionais: natureza, sociedade e ensino, promovido pelo curso de Geografia, da Universidade Estadual do Paraná, campus de União da Vitória.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo de Lima Correia

UNIÃO DA VITÓRIA
2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Matulle, Zuleide Maria
PARAÍSO SOCIAL, TERRITÓRIO ESTRATÉGICO: A
REPRESSÃO AOS ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS ENTRE
UNIÃO DA VITÓRIA (PR) E A FRONTEIRA ARGENTINA NO
CONTEXTO DO ESTADO NOVO E SEGUNDA GUERRA MUNDIAL /
Zuleide Maria Matulle. -- União da Vitória-PR, 2024.
103 f.: il.

Orientador: Reginaldo de Lima Correia.
Especialização em Dinâmicas Regionais: natureza,
sociedade e ensino - Universidade Estadual do
Paraná, 2024.

1. Imigrantes alemães. 2. DOPS/PR. 3. União da
Vitória. 4. Sudoeste do Paraná. 5. Fronteira
argentina. I - de Lima Correia, Reginaldo (orient).
II - Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

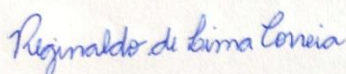
Zuleide Maria Matulle

Paraíso social, território estratégico: repressão aos alemães e teuto-brasileiros entre União da Vitória e a fronteira argentina no contexto do Estado Novo e Segunda Guerra Mundial

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Dinâmicas Regionais: natureza, sociedade e ensino apresentado à Universidade Estadual do Paraná - Campus de União da Vitória.

Data da aprovação: 16/02/2024

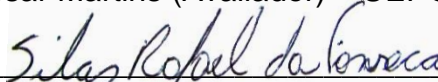
Banca examinadora:



Reginaldo de Lima Correia (Orientador) – Unespar



Ilton Cesar Martins (Avaliador) – UEPG



Silas Rafael da Fonseca (Avaliador) – Unespar/IFPR

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho *in memoriam* de duas pessoas importantes. Primeiro, ao meu avô, Otto João Matulle, um teuto-brasileiro, sujeito da primeira geração de descendentes de imigrantes alemães nascida no Brasil. Em segundo, ao meu querido pai, Oli Pedro Matulle, que com suas memórias despertou em mim a vontade de pesquisar a temática da imigração alemã e os conflitos por ocasião da Segunda Guerra Mundial.

AGRADECIMENTOS

Agradeço as professoras e professores da Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais: natureza, sociedade e ensino, do colegiado de Geografia, da UNESPAR, campus de União da Vitória, pelo espaço de aprendizagem e pelas trocas de experiências.

Agradeço, em especial, o professor Dr. Reginaldo de Lima Correa pela orientação, leitura do trabalho e demais encaminhamentos no Curso.

Agradeço a banca examinadora deste trabalho.

Agradeço a Flávia Schena Rotta e Laísa Maryane Nunes de Souza, mulheres incríveis que tive a oportunidade de conviver e atuar durante o Curso.

Agradeço, ainda, a mim mesma, por não desistir e acreditar que conhecimento é libertador, por seguir acreditando que estudar história é uma chave para compreender a nós mesmos e o mundo que nos rodeia.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Sujeitos de suspeição de acordo com o Formulário da SSN.

TABELA 02: Espaços de suspeição de acordo com o Formulário da SSN.

TABELA 03: Propriedades agrícolas pertencentes a estrangeiros como espaços de suspeição de acordo com o Formulário da SSN.

TABELA 04: Propriedades agrícolas arrendadas por estrangeiros como espaços de suspeição de acordo com o Formulário da SSN.

TABELA 05: Propriedades agrícolas pertencentes ou arrendadas por estrangeiros como espaços de suspeição de acordo com o Formulário da SSN.

TABELA 06: Fábricas de armas, munições e explosivos como espaços de suspeição de acordo com o Formulário da SSN.

TABELA 07: Estabelecimentos industriais, comerciais e prestação de serviços como espaços de suspeição de acordo com o Formulário da SSN.

TABELA 08: Relação de funcionários da Empresa Alexandre Schlemm em 1942.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Visão panorâmica de União da Vitória na área central.

Figura 02: Salvo-conduto.

Figura 03: Salvo-conduto verso.

Figura 04: Mapa do Território Federal do Iguaçu.

Figura 05: Boletim desfavorável a criação do Território Federal do Iguaçu.

Figura 06: Mapa da região Sudoeste do Paraná.

Figura 07: Mapa do território contestado pela Argentina.

SUMÁRIO

RESUMO.....	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 01: IMIGRANTES ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS: INIMIGOS ÉTNICOS E MILITARES NO CONTEXTO DO ESTADO NOVO E SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	14
1.1. Nacionalização, imigrantes alemães e descendentes no Estado Novo.	15
1.2. Imigrantes alemães e teuto-brasileiros: inimigos étnicos do Estado Novo.....	18
1.3. Alemães e teuto-brasileiro como inimigos militares no contexto da Guerra.....	22
1.4. A polícia política: um braço repressor do Estado Novo	24
CAPÍTULO 02: SUJEITOS E ESPAÇOS DE SUSPEIÇÃO: CARTOGRAFANDO A REPRESSÃO EM UNIÃO DA VITÓRIA (PR)	29
2.1. Os sujeitos e os espaços considerados nocivos a segurança nacional	30
2.2. Sujeitos de suspeição: os alemães na colonização de União da Vitória	39
2.3. Os espaços de suspeição: União da Vitória e a segurança nacional....	43
CAPÍTULO 03: PARAÍSO SOCIAL, TERRITÓRIO ESTRATÉGICO: REPRESSÃO A ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS ENTRE UNIÃO DA VITÓRIA (PR) E A FRONTEIRA ARGENTINA.....	52
3.1. União da Vitória: município estratégico na comunicação com o Sudoeste do Paraná	53
3.2. Sudoeste do Paraná e questões de fronteira: o caso do Território Federal do Iguaçu	60
3.3. Sudoeste do Paraná e a fronteira argentina na Segunda Guerra Mundial	66
3.3.1. Sobre o conceito a e a geografia da fronteira: Paraná – Argentina	67
3.3.2. A relação argentino-brasileira: a Questão de Palmas	69
3.3.3. A problemática da fronteira argentina no Estado Novo e da Guerra	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
FONTES ARQUIVO	86
FONTES JORNAIS	88
DOCUMENTOS LEGISLATIVOS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
ANEXO 01	93

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso diz respeito aos conflitos ocorridos entre o governo do Estado Novo (1937-1945), imigrantes alemães, teuto-brasileiros e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Essa temática é problematizada através de uma perspectiva regional, isto é, o município de União da Vitória, localizado no extremo Sul do estado do Paraná, a região Sudoeste do estado e fronteira com a Argentina. Utiliza-se como fonte de pesquisa documentos produzidos pela repressão do Estado Novo. Trata-se particularmente de decretos-leis e diversos documentos produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, conhecida como DOPS/PR. É utilizado, ainda, como fontes, fotografias, Livros de Atas da Câmara de Vereadores de União da Vitória e informações encontradas no jornal O Comércio. Com essas fontes o objetivo foi problematizar: quais elementos fizeram com que o município de União da Vitória fosse visto pela polícia política como território estratégico de comunicação com o Sudoeste, sobretudo, com a fronteira argentina durante a Segunda Guerra Mundial, particularmente, a partir de 1942, quando houve o posicionamento do Brasil em relação à Segunda Guerra Mundial? Nessa abordagem buscou-se a problematização do particular para o entendimento do geral, tratando dos desdobramentos regionais das políticas levadas a efeito no centro do país nas décadas de 1930 e 1940, dos desdobramentos da repressão, demonstrado que ela também diz respeito ao período estado-novista e os municípios interioranos. Trata-se de um exercício de deslocamento do eixo que contribui com a historiografia sobre a temática estado-novista e da repressão por meio de uma perspectiva regional.

Palavras-chave: Alemães e teuto-brasileiros. Estado Novo. Repressão.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho diz respeito aos conflitos ocorridos entre o governo do Estado Novo (1937-1945), imigrantes alemães, teuto-brasileiros e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Essa temática é problematizada através de uma perspectiva regional, isto é, o município de União da Vitória, localizado no extremo Sul do estado do Paraná, a região Sudoeste do estado e fronteira com a Argentina. União da Vitória, um município interiorano, localizado a 240 quilômetros de distância de Curitiba, foi, na década de 1940, sobretudo, a partir de 1942, visto como estratégico na comunicação com Sudoeste e a fronteira argentina.

Utiliza-se como fonte de pesquisa documentos produzidos pela repressão do Estado Novo. Trata-se particularmente de decretos-leis e diversos documentos produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, conhecida como DOPS/PR. Esses documentos estão digitalizados e disponíveis para pesquisa no Arquivo Público do Paraná, em Curitiba. Foram utilizadas as pastas da Delegacia Polícia de União da Vitória, com 390 documentos, de Palmas, com 305, bem como a de Clevelândia, com 105 documentos. Foi utilizado, ainda, como fontes, fotografias, Livros de Atas da Câmara de Vereadores de União da Vitória e informações encontradas no jornal O Comércio.

Com essas fontes o objetivo foi problematizar: quais elementos fizeram com que o município de União da Vitória fosse visto pela polícia política como território estratégico de comunicação com o Sudoeste, sobretudo, com a fronteira argentina durante a Segunda Guerra Mundial, particularmente, a partir de 1942, quando houve o posicionamento do Brasil em relação à Segunda Guerra Mundial? Justifica-se essa abordagem, grosso modo, pela problematização do particular para o entendimento do geral, pois o local/regional nunca é só local/regional, está conectado a contextos mais amplos. Ela se justifica também por tratar dos desdobramentos regionais das políticas levadas a efeito no centro do país nas décadas de 1930 e 1940; por tratar dos desdobramentos da repressão, demonstrado que ela também diz respeito ao período estado-novista e os municípios interioranos.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro tem o título: Imigrantes alemães e teuto-brasileiros: inimigos étnicos e militares no contexto do Estado Novo

e Segunda Guerra Mundial. Nele foi problematizada a situação dos imigrantes alemães e teuto-brasileiros no contexto político do Estado Novo e da Guerra. Inicialmente é apresentado o processo de nacionalização implantado pelo Estado Novo, uma política de homogeneização nacional colocada em prática logo no início do governo. Em seguida é discutida a ideia dos imigrantes alemães e teuto-brasileiros como inimigos étnicos do Estado Novo, tendo em vista a sua não assimilação ao corpo nacional, dificultando o projeto de nacionalização¹. Na sequência é problematizada a transformação dos imigrantes alemães e teutos em inimigos militares do Brasil com o posicionamento do Brasil na Guerra. Esse primeiro capítulo é fechado com uma discussão que permite compreender a constituição e o *modus operandi* da chamada polícia política no Paraná e em Santa Catarina, o órgão responsável pela repressão aos sujeitos no contexto do Estado Novo e da Guerra. Todo esse debate é feito em diálogo com decretos-leis e com uma historiografia especializada na imigração, na nacionalização e no Estado Novo, a exemplo das autoras como Giralda Seyferth (1999), Elizabeth Cancelli (1994), Maria Luíza Tucci Carneiro (2014) e Dulce Pandolfi (2004).

Ao segundo o capítulo foi dado o título: Sujeitos e espaços de suspeição: cartografando a repressão em União da Vitória (PR). O objetivo foi fazer uma cartografia da repressão no respectivo município. Inicialmente o/a leitor/a irá ter contato com a ideia de sujeitos e espaços de suspeição, os quais norteiam toda a discussão do capítulo. Na sequência é trabalhado com as informações de um Formulário, produzido pelo governo, direcionado aos municípios brasileiros, que destaca os sujeitos e os espaços de suspeição, ou seja, quais os sujeitos e os ambientes considerados como pontos vulneráveis a ordem política e a segurança nacional. Explorado esse material é problematizado como os sujeitos e os espaços de suspeição dialogam com a configuração do município de União da Vitória no que diz respeito a colonização e o seu desenvolvimento, sobretudo, ressaltando a presença de alemães e teuto-brasileiros nesse território.

Os dados foram trabalhados por meio da cartografia desenvolvida por Gilles Deleuze em diálogo com as proposições foucaultianas. Nesta proposta cartografia quer dizer algo mais que um simples mapeamento físico, ela diz respeito a campos

¹ Utilizamos aqui e no decorrer do texto a expressão “corpo nacional” como sinônimo de Estado Nacional.

de forças e relações de poder. Assim, cartografar quer dizer captar e problematizar os movimentos dos sujeitos, da violência, a produção de subjetividades, os jogos de poder, os enfrentamentos de forças. Para esse exercício cartográfico é importante também uma aproximação com o método estratégico rizomático, proposto por Gilles Deleuze e Felix Guattari (1995), no livro *Mil Platôs*.

O terceiro capítulo tem o título: *Paraíso social, território estratégico: repressão a alemães e teuto-brasileiros entre União da Vitória (PR) e a fronteira argentina*. Nele se problematiza o município de União da Vitória, a região Sudoeste do Paraná e a fronteira com a Argentina como um problema de ordem política e de segurança nacional no contexto da Guerra. Inicialmente, a partir dos documentos da DOPS/PR, sobretudo, das pastas da Delegacia Regional de União da Vitória, de Palmas e de Clevelândia, é problematizado União da Vitória como estratégico na comunicação com o Sudoeste do Paraná, tendo em vista que várias ocorrências foram documentadas pela polícia e que ligavam União da Vitória com essa região, notadamente, com Palmas e Clevelândia.

Na sequência o/a leitor/a verá uma discussão sobre o Sudoeste do Paraná e as questões históricas de fronteira, enfocando, inicialmente, o caso da criação do Território Federal do Iguaçu. Essa abordagem se mostrou pertinente na medida em que os documentos presentes nas pastas da D. R. de Palmas e de Clevelândia revelam que a criação desse Território foi um ponto de tensão e não escapou à problemática da presença de alemães e teuto-brasileiros como um perigo de segurança nacional. Portanto, explorar os contornos da criação desse Território, no contexto da década de 1940, forneceu elementos importantes para a compreensão do significado dessa região no contexto da repressão durante a Guerra.

Adiante foi explorado especificamente a fronteira do Sudoeste do Paraná com a Argentina. Nessa abordagem foi trabalhado o conceito de fronteira, bem como apresentado uma “geografia” dessa fronteira do Paraná com a Argentina. Ademais, para alcançar o objetivo deste trabalho fez-se uma discussão sobre as relações entre Brasil e Argentina, tendo como pano de fundo a Questão de Palmas, disputa territorial que ocorreu no final do século XIX entre Brasil e Argentina. O capítulo é finalizado com a apresentação e a análise das ocorrências registradas pela polícia política na faixa de fronteira envolvendo sujeitos alemães e teuto-brasileiros.

CAPÍTULO 01

IMIGRANTES ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS: INIMIGOS ÉTNICOS E MILITARES NO CONTEXTO DO ESTADO NOVO E SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Nenhum núcleo colonial, centro agrícola ou colônia, será constituído por estrangeiro de uma só nacionalidade. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrado em português (...). As escolas serão sempre regidas por brasileiros natos. Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos. Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em língua portuguesa. Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeiras, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização.

A epígrafe que abre o presente capítulo é parte do Decreto-lei nº. 406, de 4 de maio de 1938, o qual dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Trata-se de um exemplo, ou um fragmento, da legislação organizada no Brasil na década de 1930, a qual discorria sobre a forma como seria gerida a entrada e a manutenção de estrangeiros no Brasil. Isso porque o decreto abordava, em quinze capítulos, diferentes temas sobre a questão migratória. O Decreto versava sobre cotas de entrada, a classificação de estrangeiros, os tratados bilaterais, a fiscalização, a identificação e registro, a hospedagem, o encaminhamento às colônias, a concentração e a assimilação, a fiscalização de agências de navegação, as penalidades, o selo de imigração e a criação do Conselho de Imigração e Colonização (Brasil, 1938).

Essa epígrafe é nesse ponto utilizada porque funciona como uma boa porta de entrada ao contexto político do regime denominado Estado Novo, sobretudo, no que diz respeito a campanha de nacionalização colocada em prática. Trata-se de uma espécie de “guerra interna” levada a efeito pelo governo estado-novista contra os/as estrangeiros/as residentes no país. Nesse contexto, imigrantes alemães e teuto-brasileiros, primeira geração de descendentes de alemães nascida no Brasil,

foram considerados inimigos étnicos do país, devido a não assimilação ao corpo nacional. Observemos essas questões mais de perto nas páginas que seguem.

1.1. Nacionalização, imigrantes alemães e descendentes no Estado Novo

Em 1937, no mês de novembro, era instalado, através de um golpe, o Estado Novo, tendo como representante Getúlio Vargas. Trata-se de um governo caracterizado pela centralização do poder, pelo nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo, que marcou profundamente a história do Brasil. O Estado Novo, como destaca Dulce Pandolfi (2004), pode ser entendido como um dos resultados possíveis das lutas e dos enfrentamentos travados no período”. Para a autora os anos que antecederam o Estado Novo “foram marcados por disputas e agitações nos meios civis e militares”. Essa situação tinha a ver com a “diversidade das forças que haviam participado da Revolução de 1930” (Pandolfi, 2004, p. 183).

Nesse governo a homogeneização da população foi uma política e se materializou em diferentes campos através da Campanha de Nacionalização. Trata-se de uma política colocada em prática logo após instalação do Estado Novo, em nome da unidade nacional². Podemos observar medidas nacionalizadoras na legislação brasileira do período. A Constituição de 1937, que foi outorgada pelo presidente Getúlio Vargas, ou seja, “dada” ao povo pelo soberano, trazia no artigo 122, por exemplo, que estrangeiros não poderiam ser “proprietários de empresas jornalísticas”. Aos estrangeiros também era “vedado tanto a estes como às pessoas jurídicas participar de tais empresas como acionistas”. A Constituição concluía que: a “direção dos jornais, bem como a sua orientação intelectual, política e administrativa, só poderá ser exercida por brasileiros natos”, ou seja, sujeitos de nacionalidade brasileira, adquirida pelo fato natural do nascimento (Brasil, 1937). Isso quer dizer, entre outras questões, que a Constituição, o mais importante

² É importante informar ao/a leitor/a que a temática da incorporação dos imigrantes e seus descendentes à sociedade nacional estava presente nos debates em torno da política imigratória e da formação brasileira desde meados do século XIX. É possível localizar medidas restritivas nos grupos coloniais formados por imigrantes, tentativas de assimilação. Entretanto, a nacionalização tornou-se uma questão urgente de segurança nacional na década de 1930.

documento do país naquele contexto, já trazia restrições expressivas aos estrangeiros presentes ou que pretendiam entrar no país.

Na legislação do período verificamos também o Decreto nº. 383, de abril de 1938, promulgado poucos meses após o início do Estado Novo. O referido decreto destacava que os estrangeiros, tanto aqueles fixados no território nacional, como os que nele se achavam em caráter temporário, não poderiam exercer quaisquer atividades de natureza política, tampouco tomar parte nos negócios públicos do país (Brasil, 1938). Tratava-se de um decreto bastante detalhado, que procurava restringir a influência e a participação de estrangeiros na política brasileira.

Aos estrangeiros era proibido: “organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político (...)”. A mesma proibição estendia-se ao funcionamento de “filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, (...) que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção”. Também era proibido “hastear, ostentar ou usar bandeiras, uniformes, distintivos, insígnias (...) de partido político estrangeiro”, organizar “desfiles, passeatas, comícios, reuniões de qualquer natureza, qualquer seja o número de participantes” (Brasil, 1938).

Ainda observando a legislação organizada nesse período é possível verificar medidas de seleção, distribuição pelo território e de assimilação dos estrangeiros à nação brasileira. O Decreto-lei nº. 406, de maio de 1938, com o qual abrimos esse capítulo, fornece algumas informações importantes sobre essa questão. Ele destacava, por exemplo, que o número de estrangeiros de uma nacionalidade admitidos no país em caráter permanente não deveria extrapolar “o limite anual de dois por cento (2%) do número de estrangeiros da mesma nacionalidade, entrados no Brasil no período de 1º de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933” (Brasil, 1938). Além disso, “nenhum núcleo colonial, centro agrícola ou colônia”, poderia ser “constituído por estrangeiros de uma só nacionalidade”. Nos núcleos, centros, oficiais ou particulares, seria “mantido um mínimo de 30% de brasileiros e o máximo de 25% de cada nacionalidade estrangeira”, podendo ser utilizado nesse processo imigrantes portugueses na falta de brasileiros natos (Brasil, 1938).

Seria ingenuidade destacar que a legislação foi cumprida desta forma na prática, certamente desvios, arranjos podem ser localizados. Mas, os termos do referido decreto mostram a preocupação do governo com o número e a

concentração de estrangeiros no país. Isso porque, a concentração de estrangeiros da mesma nacionalidade em áreas relativamente isoladas, como era o caso de muitos dos núcleos coloniais espalhados, sobretudo, pela região sul do país, resultava em uma organização comunitária própria. Essa era uma característica dos núcleos coloniais que se apresentava em descompasso com os interesses do Estado Novo. Assim, com a Campanha de Nacionalização se procurava promover a integração dos estrangeiros ao corpo nacional através do intercâmbio destes com brasileiros natos, mediante a formação de núcleos coloniais plurais.

Outro campo de intervenção do governo foi o ensino. As escolas étnicas, construídas e mantidas por estrangeiros, também foram alvo da Campanha de Nacionalização. O Decreto-lei nº. 406, de 1938, abordava também a obrigatoriedade do ensino em língua portuguesa, bem como a necessidade de as escolas serem regidas por professores brasileiros natos. O Estado Novo compreendia a escola, o ensino, como um ambiente e uma prática nacionalizadora, parte importante do processo de construção e consolidação de um país homogêneo (Brasil, 1938). Está se falando de uma legislação que determinava que escolas étnicas modificassem seus currículos e dispensassem professores desnacionalizados. Não cumprir com essa legislação significava o fechamento das referidas escolas.

As línguas estrangeiras também foram alvo de outro decreto por parte do governo. Trata-se do Decreto-lei nº. 1.545, promulgado em 1939. Esse decreto informava que: “sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas” deveriam ser feitas exclusivamente “na língua nacional”. Ademais, era proibido “o uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar” (Brasil, 1939). Isso nos leva a compreender que a língua portuguesa era entendida como “cimento da brasilidade”, como destaca Giralda Seyferth (1999). Essa legislação atingiu significativamente as comunidades estrangeiras presentes no Brasil, tendo em vista que a língua pode ser considerada um fator de identificação e de pertencimento dos sujeitos aos seus grupos sociais.

Essas restrições funcionavam como um antídoto político contra a desnacionalização dos estrangeiros, forçando a unidade dos sujeitos? Sem dúvida! Pode-se dizer que a Campanha de Nacionalização levada à efeito pelo Estado Novo foi um instrumento político autoritário que buscava sanear a sociedade brasileira do estrangeiro considerado desagregador da unidade através de sua assimilação. Entre

os estrangeiros apontados pela legislação da década de 1930 estavam os imigrantes alemães e teuto-brasileiros, tema discutido nas páginas que seguem.

1.2. Imigrantes alemães e teuto-brasileiros: inimigos étnicos do Estado Novo

Inicialmente é importante observar e problematizar algumas questões relativas ao processo de colonização, sobretudo, a alemã, empreendido no Brasil desde o século XIX. Uma primeira questão a se destacar é que historicamente o processo imigratório é uma experiência ligada a mudanças estruturais ocorridas nos países de emigração e nas nações de imigração, o que o historiador Herbert Klein (1999), no livro: *Fazer a América*, chama de fatores de expulsão e de atração.

No que diz respeito aos fatores de expulsão pode-se destacar que a Alemanha, de modo geral, manteve-se agrícola até o início do século XIX, momento em que se pode localizar as primeiras incursões da Revolução Industrial alemã. Segundo considerações de Jorge Cunha (1988) o primeiro surto industrial alemão ocorreu na região leste da Alemanha em consequência do Bloqueio Continental (1806 a 1813) e a dominação napoleônica. A partir da União Aduaneira, em 1834, novo surto industrial pode ser verificado. Mais à frente, na década de 1850, a Alemanha entra definitivamente no círculo das nações industriais da Europa.

Assim, a lógica capitalista foi tomando cada vez mais espaço nos estados alemães. Um dos principais reflexos dessa revolução industrial alemã foi o desmantelamento da sua estrutura “feudal”. Isso ocasionou a expulsão de grande parte dos pequenos camponeses alemães de suas terras e a destruição gradual das pequenas fábricas domésticas. Tratava-se de uma massa populacional que tinha que ser transformada em trabalhadores fabris nessa nova ordem, capitalista, como afirma o historiador Eric Hobsbawm (1996). Está se falando da industrialização alemã como um fator significativo de expulsão dos sujeitos das fronteiras alemãs.

Do outro lado do Atlântico, no Brasil, a situação era de atração de imigrantes. O governo imperial manifestava interesse, construía e colocava em prática uma legislação imigratória com o objetivo de estimular a entrada de imigrantes no território. Visava-se a ocupação e o desenvolvimento econômico de

regiões até então pouco exploradas, como foi o caso da região meridional do Brasil. Além disso, com a colonização por meio da imigração objetivava-se defender esse território, ou seja, afastar qualquer pretensão platina de retomar partes do Brasil meridional. Soma-se a isso, ainda, a pauta da substituição da mão-de-obra-escrava pela livre, bem como o processo de branqueamento da população.

Nesse contexto foram fundadas colônias fundamentadas na “pequena propriedade agrícola trabalhada com mão-de-obra familiar”. Tratava-se de pequenas unidades produtivas “baseada na policultura e criação de animais associadas com produção artesanal” (Seyferth, 1999, p. 277). Cabe ressaltar ao/a leitor/a, primeiro, que esse modelo coexistiu com o latifúndio escravista historicamente enraizado no Brasil. Segundo, está se falando do acesso à terra, facilitado, ainda, pela política imigratória criada pelo governo e colocada em vigor. O acesso à terra foi propagandeado significativamente na Europa. Na Alemanha a propaganda coincidiu com os interesses dos sujeitos que lá haviam sido dela afastados.

Nesse processo os alemães foram imigrantes que colonizaram de forma expressiva a região sul do Brasil. Segundo considerações de Luís Felipe Alencastro e Maria Luiza Renaux (1997), até 1850 os imigrantes vinham do Sudoeste dos estados alemães, justamente marcada pela estrutura econômica agrícola que passava pela transformação industrial. De 1850 a 1865, os sujeitos provinham de regiões agrícolas do Norte e do Leste, as quais passavam pelo mesmo processo. De 1865 até o final do século XIX, foram, basicamente, os artesãos, os pequenos empresários e uma população de procedência urbana, os sujeitos que deixaram as fronteiras alemãs em busca de melhores condições de vida no Brasil.

Segundo Maria Teresa Petrone (1987) a primeira experiência de fixação de alemães na região Sul do Brasil é datada de 1824, ou seja, ainda na primeira metade do século XIX, logo após a Independência. Trata-se de imigrantes que foram fixados na colônia São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Posteriormente, em 1826, foram criadas outras colônias como, por exemplo, a São Pedro de Alcântara das Torres, São Sebastião do Caí, em 1848; a colônia Santa Cruz do Sul, em 1849; e em 1853, a colônia Estrela. Em Santa Catarina foram fundadas as colônias de São Pedro de Alcântara, em 1829; Blumenau, em 1850; Joinville, originalmente Dona Francisca, em 1851 e a de Brusque, em 1861. No Paraná, foram fundadas as colônias de Rio Negro, em 1829; Argelina, em 1869; a de Pilarzinho, em 1870; a de

São Venâncio, em 1871; a de Abranches, em 1873, Lamenha, em 1876, etc. Nessas colônias foram fixados imigrantes de diversas nacionalidades e, entre eles, dos estados alemães.

No que diz respeito a esses imigrantes a forma como foram fixados e se desenvolveram no sul do Brasil levantou questionamentos pelo governo brasileiro. A imigração alemã influenciou a região Sul, ocupando o espaço, incorporando novos hábitos alimentares, diferentes idiomas, religiosidades distintas etc. Esses sujeitos construíram no território brasileiro uma identidade teuto-brasileira, o que é denominada de *Deutschbrasilianer*. Trata-se de uma identidade surgida no Brasil, porém, com características alemãs. O historiador brasilianista Jeffrey Lesser (2001) denomina-a de identidade com hífen, ou identidade hifenizada.

Está se falando de uma identidade baseada na *Deutschtum*, que quer dizer germanidade. Ela pode ser entendida, como informa o historiador René Gertz (1991, p. 32), como “uma prática de defesa da identidade das populações de origem alemã”. Essa identidade, hifenizada, ou seja, dentro do Brasil, porém deslocada dele, por ser organizada a partir de características alemãs, está ligada a existência de um vínculo entre a Alemanha e os alemães no exterior por laços de sangue, a chamada *jus sanguinis*. Isso quer dizer que o sujeito é alemão não importando o lugar de nascimento e sim a presença de sangue alemão.

A *Deutschtum*, que assumiu proporções significativas no Brasil a partir do último quartel do século XIX e início do XX, começou a ser vista com receio tanto pelo governo como pela intelectualidade brasileira. É exemplo disso Sílvio Romero. Trata-se de um intelectual comprometido com o nacionalismo e defensor da tese do branqueamento da população brasileira. Ele defendia a entrada de imigrantes que pudessem sanar a sociedade brasileira, leia-se embranquecer tal sociedade. Entretanto, esse intelectual mostrava-se preocupado com a concentração e a forma de organização social que os sujeitos de origem germânica efetuaram no Brasil ao longo dos anos, sobretudo, no que diz respeito a região Sul.

Sílvio Romero foi um dos principais defensores da tese do perigo alemão. Em um texto de título: “O allemanismo no sul do Brasil”, por exemplo, publicado em um jornal carioca, o autor apresentava uma análise da história alemã para “provar a inclinação quase que genética deste povo ao expansionismo (...)”, conforme informa Marionilde Brepohl de Magalhães (1998, p. 60). Esse intelectual temia que os

princípios em que se baseavam os alemães para definirem a nacionalidade fossem válidos para as zonas de colonização alemã no Brasil. Essa discussão tomou corpo justamente porque na Alemanha a nacionalidade era definida pelo direito de sangue. O sujeito era alemão não importando em que país estivesse. Portanto, para Silvio Romero, caso o “conceito de territorialidade não fosse respeitado no Brasil à região do sul estaria incluída nas ambições expansionistas dos alemães” (Magalhães, 1998, p. 60). Nessa lógica o Brasil teria sérios problemas por causa da colonização realizada na região Sul com alemães e o nascimento de descendentes.

Assim, a região do Sul do Brasil, colonizada por imigrantes alemães e descendentes, desde meados do século XIX, foi vista pelo governo como empecilho para a formação da nação brasileira nos moldes do discurso estado-novista (Hackenhaase, 2015). Assim, no Estado Novo imigrantes alemães e teuto-brasileiros foram acusados/as de não assimilação ao corpo nacional, representando um inimigo étnico do regime, sujeitos dificultadores da pretendida unidade nacional, tornando-se alvo frequente da campanha de homogeneização nacional.

Utiliza-se, aqui, a ideia de inimigo étnico em diálogo com o conceito de inimigo objetivo de Hannah Arendt (1975). Essa filósofa política alemã, de origem judaica, uma das mais influentes do século XX, destaca que um inimigo objetivo para combater é funcional para a sustentação de um regime totalitário, que era o seu objeto de discussão. Para autora esse inimigo é determinado verticalmente. Ele é “definido pela política do governo e não por demonstrar o desejo de derrubar o sistema”. Na prática é como se governo agisse “como alguém que persistentemente insulta outra pessoa até que todo mundo saiba ela é sua inimiga, a fim de que possa – com plausibilidade – matá-la em autodefesa” (Arendt, 1973, p. 473).

Esse conceito, pensado a partir de um regime totalitário, pode ser utilizado para problematizar a forma como os alemães e descendentes foram vistos e administrados no período do Estado Novo. Nessa lógica esses inimigos étnicos, alemães e teuto-brasileiros, precisavam ser combatidos, o que ocorreu por meio da promulgação de decretos, ordenamento do espaço, controle da entrada de estrangeiros, fechamento de escolas etc.³.

³ É bom pontuar que o Estado Novo foi um governo que colecionou inimigos objetivos. Além dos alemães e teuto-brasileiros podem ser citados os comunistas, os integralistas, os quais foram insistentemente denunciados pelo governo e combatidos.

1.3 Alemães e teuto-brasileiro como inimigos militares no contexto da Guerra

Até aqui fica evidente que os imigrantes alemães e teuto-brasileiros foram transformados no Estado Novo em inimigos étnicos, os quais precisavam ser combatidos e assimilados ao corpo nacional. Mas, é preciso entender, ainda, que a situação desses sujeitos se agravou com a deflagração da Segunda Guerra Mundial. Isso porque a deflagração da Guerra, em 1939, afetou a política externa e interna brasileira. Trata-se de uma outra conjuntura, de guerra. O historiador René Rémond (2003, p. 443) destaca que em tempos de guerra a “moral do país, o estabelecimento dos exércitos, a divisão da escassez, são tarefas que cabem ao poder público, pois envolvem a salvação da nação”. O autor demonstra que em situações de conflito o campo político, que não tem fronteiras fixas ou pré-determinadas, se expande ainda mais. Diante disso o que pensar em relação aos desdobramentos da Guerra em um contexto como o do Brasil, marcado pela colonização alemã, bem como por um forte discurso e prática nacionalista?

Internamente, Getúlio Vargas anunciava que o Brasil permaneceria afastado do conflito. De acordo com o Decreto-lei nº 1.561, verificamos que o governo do Brasil “abster-se-á de qualquer ato que, direta ou indiretamente, facilite, auxilie ou hostilize a ação dos beligerantes”. Era proibido que os nacionais ou estrangeiros residentes no país, praticassem ato que pudesse “ser considerado incompatível com os deveres de neutralidade do Brasil”. No território do Brasil também não seria “tolerado ato algum dos beligerantes que pudesse ser tido como ofensivo da neutralidade brasileira”. Era também “interdito aos beligerantes fazerem do litoral e das águas territoriais brasileiras base de operações navais contra os adversários” (Brasil, 1939). Além do Decreto, nos discursos, Getúlio Vargas enfatizava a postura de neutralidade do Brasil, bem como destacava a importância de uma mentalidade alinhada aos interesses do país, a manutenção de uma coesão interna para salvaguardar o Brasil naquele contexto.

Externamente, algumas situações impactavam o Brasil, levando o país a sair da postura de neutralidade. Andrea Helena Rahmeier (2015), menciona o bloqueio naval executado pelos ingleses. Com o avanço da Alemanha na Europa, no contexto inicial da Guerra, a Inglaterra toma como estratégia a decisão de impedir o trânsito

de mercadorias destinadas à Alemanha, ou embarcadas de seus portos em direção a outros países. Foi uma prática que dificultou e, algumas vezes, até impossibilitou as relações comerciais que havia entre o Brasil e a Alemanha. Citemos, como exemplo, a aquisição de armas feita pelas forças armadas brasileiras, em 1938, da empresa alemã Krupp. A entrega desse material foi dificultada pelo bloqueio no oceano Atlântico realizado pela Inglaterra. O navio brasileiro Siqueira Campos, por exemplo, que trazia o armamento comprado da Alemanha, foi aprisionado pelos ingleses. O governo brasileiro solicitou a liberação da embarcação. Porém, ela somente chegaria ao Rio de Janeiro em janeiro de 1941. Está se falando de um incidente internacional e uma ampla discussão no Brasil na conjuntura da Guerra.

Outras questões também contribuíram na tomada de decisões sobre a Guerra. Destaquemos que os Estados Unidos foram atacados pelo Japão no pacífico, em dezembro de 1941, o conhecido Ataque a *Pearl Harbor*. Uma vez no conflito, essa nação influenciou os demais países americanos no que dizia respeito à Guerra, como foi o caso do Brasil. Cabe ressaltar que Brasil e Estados Unidos, a partir de 1941, negociavam acordos para a constituição de bases militares para os EUA no Brasil em troca de armas para as Forças Armadas e a construção de uma siderúrgica, a chamada Usina Siderúrgica Nacional de Volta Redonda. Portanto, naquele contexto havia entre o Brasil e os EUA altas relações comerciais, as quais influenciaram as decisões do Brasil sobre a Guerra.

Tanto que em janeiro de 1942, na Conferência do Rio de Janeiro, o Brasil formalizava o rompimento de relações diplomáticas com o Eixo, ou seja, Alemanha, Itália e Japão, bem como o alinhamento do país com o grupo dos Aliados. O corte das relações diplomáticas significava que Brasil e Alemanha, a partir de janeiro de 1942, “não tinham relações mútuas, política ou juridicamente, através dos seus representantes autorizados”. A partir daquele momento, “os cidadãos alemães que permaneceram no Brasil tinham que seguir as regras brasileiras e não tinham como recorrer aos seus representantes diplomáticos” (Rahmeier, 2015, p. 83).

A Guerra se intensificava e o Atlântico Norte tornou-se área de combate. Destaca-se essa questão nesse exercício de contextualização porque a atuação dos alemães no Atlântico provocou incidentes com o Brasil. Em fevereiro de 1942, por exemplo, foram afundados o Olinda e o Buarque, dois navios brasileiros. Entre março e junho ocorreram mais sete novos afundamentos de navios brasileiros cada

vez mais ao Sul do Atlântico. Em agosto de 1942, o Comando de Guerra da Marinha Alemã autorizava manobras na costa brasileira. Nesse contexto, mais um ataque foi registrado, o do submarino U-507 a cinco navios de passageiros.

Em todo o Brasil os jornais noticiavam o afundamento das embarcações brasileiras como atos de guerra por parte dos alemães. Na sociedade civil as relações entre brasileiros e alemães se tornavam conflituosas. Está se falando de eventos que contribuíram de forma significativa para a tomada de decisão do governo sobre a Guerra, particularmente, sobre a entrada do Brasil na Guerra ao lado dos Aliados e contra o Eixo, como informa Ana Maria Dietrich (2007). A declaração de guerra do Brasil ao Eixo ocorreu no mês de agosto de 1942. A partir disso Brasil e Alemanha eram países beligerantes.

Nesse contexto a ideia de conspiração se acirrou e os imigrantes alemães e teuto-brasileiros, bem como italianos e japoneses, tornaram-se uma questão urgente de segurança nacional, ou seja, foram transformados em inimigos militares do regime estado-novista na conjuntura da Guerra. Em um relatório do Estado Maior do Departamento de Guerra dos Estados Unidos, acessado pelo historiador Dennison de Oliveira (2015, p. 66-71), é possível verificar que entre as ameaças mais prováveis a segurança nacional, estava o perigo representado pelas colônias de estrangeiros localizadas no território brasileiro. Havia preocupação em relação a possibilidade de estrangeiros do Eixo, e seus descendentes, atuarem isoladamente, ou de forma coletiva, contra o esforço de guerra do Brasil e do grupo Aliado.

Portanto, a partir do mês de agosto de 1942, imigrantes alemães e teuto-brasileiros foram vistos e administrados pelo governo como uma ameaça à segurança nacional. Foram eles tachados de “súditos do Eixo”, “eixistas”, “nazistas destacados”, “elementos perigosos”, etc. O controle do governo sobre esses estrangeiros se tornou cada vez mais intenso por meio do seu aparato policial, a chamada polícia política, que é o objeto de contextualização das próximas páginas.

1.4. A polícia política: um braço repressor do Estado Novo

O Estado Novo foi um governo controlador e modelador das massas. Um dos aparatos utilizado para isso foi como informamos a polícia política. Segundo

considerações de Maria Luiza Tucci Carneiro (2014) trata-se de um segmento especializado do aparato policial que entrou em cena no mundo contemporâneo, “uma das mais importantes instituições do mundo moderno que, como braço repressor do Estado, tinha como função o controle do cidadão”. Essa polícia tinha como função entrever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a “ordem e a segurança pública” (Carneiro, 2014, p. 13). Trata-se, portanto, de uma polícia responsável por controlar e reprimir os inimigos da ordem, quaisquer ameaças, sejam elas reais ou imaginárias.

Recuando um pouco no tempo é possível perceber que ocorre o redimensionamento do papel do Estado como agente do controle social com a transição do trabalho escravo para o assalariado, a chegada de imigrantes, advindos do cenário europeu, com experiências, ideias, interesses diversos, num contexto de maior mobilidade e do crescimento dos centros urbanos. As historiadoras Lúcia Carpi e Jéssica Moura Campos (1993) explicam que na transição do regime imperial para o republicano, ou seja, na passagem do século XIX para o XX, o Estado passa a “monopolizar os mecanismos formais de controle e do exercício físico da repressão, agora na esfera do domínio público” (Carpi; Campos, 1993, p. 29).

Isso quer dizer, que o Estado passa a ser responsável pela segurança e pela manutenção da ordem. Para isso, era necessário ajustar as existentes instituições jurídicas e policiais a esta nova realidade, sendo a cidade do Rio de Janeiro o centro propulsor dessas transformações. Mudanças importantes foram iniciadas na direção da profissionalização policial, para sua institucionalização nos quadros do poder, bem como a adoção de um caráter científico. Foram criados: “o Serviço Médico Legal, o Gabinete de Identificação e Estatísticas e o Gabinete de Investigações e Capturas”. Isso demonstra que as investigações policiais começavam a ganhar caráter científico, legitimando a atuação policial e a violência contra os sujeitos na manutenção da ordem (Carpi; Campos, 1993, p. 31)⁴.

Essa polícia praticou repressão política a vários grupos durante os primeiros anos da República. Operários, intelectuais, imigrantes foram alvos frequentes desse

⁴ Cabe ressaltar que esse processo não ocorreu sem dificuldades e tensões. A remodelação do aparato policial foi lenta, construído arranjos, ajustando os interesses. Além disso, pode-se destacar que o controle social foi algo que “passou formalmente pela esfera do poder público”. Entretanto, na prática, “continuava atendendo aos interesses privados que se rearticulavam no interior do Estado oligárquico” (Carpi; Campos, 1993, p. 31).

aparato estatal. Entretanto, não havia, ainda, um departamento especializado nessa prática. Segundo considerações de Rodrigo Patto Sá Motta (2006, p. 56) o surgimento de uma polícia política, ou seja, especializada em repressão política no Brasil, ocorreu especialmente no transcorrer da década de 1920. Essa informação é interessante, pois se trata de um período de grande efervescência cultural e radicalização política no país. Está se falando de um momento de crise, marcado por uma série de conflitos, que refletiam a insatisfação de setores da sociedade em relação à condução do país pela então chamada Primeira República.

Foi nesse contexto, portanto, de contestação, que houve a criação da primeira delegacia especializada em vigilância política no país. Trata-se da 4ª. Delegacia Auxiliar da Polícia Civil do Distrito Federal, criada no ano de 1922. Segundo considerações de Motta (2006) essa Delegacia tinha como objetivo “informar aos superiores sobre questões relacionadas à segurança pública e à manutenção da ordem”. Com esse gesto o Estado republicano “consolidava sua marca autoritária, evidenciando a incapacidade de resolver conflitos e dissensões internas através de mecanismos democráticos” (Motta, 2006, p. 56).

Nos âmbitos estaduais podemos referenciar, por exemplo, a criação da Delegacia de Ordem Política e Social em São Paulo, em 1924, a primeira a utilizar a expressão DOPS. Em Minas Gerais também foi criada, na década de 1920, mais especificamente em 1927, uma delegacia especializada em repressão policial. No Paraná, o órgão que se preocupava com as questões de ordem política desde a década de 1920, era a Chefatura de Polícia do Estado. O trabalho era realizado, na década de 1920, pelo Comissariado de Investigação e Segurança Pública.

Medidas para a ampliação e a centralização do aparato policial podem ser observadas ao longo das décadas de 1930 e 1940. Essa perspectiva é defendida por Elizabeth Cancelli (1994), para a qual a polícia passou a desempenhar papel importante nesse novo cenário político. A autora destaca que já nos primeiros meses de governo foi realizada uma reforma nos quadros da polícia do Distrito Federal. Nessa ocasião, delegados foram exonerados e substituídos por pessoas de confiança do governo, buscando transformar a polícia para que ela atendesse as necessidades do modelo ditatorial que estava tomando corpo no país. A 4ª. Delegacia Auxiliar, por exemplo, foi extinta, sendo criada, em contrapartida, em 1933, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social, a DESPS, órgão

subordinado ao chefe da Polícia do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, ocupado por Filinto Müller, um dos homens de confiança de Getúlio Vargas. Segundo considerações de Cancelli (1994, p. 57), a criação da DESPS afetou todo o aparato policial existente no país.

Em Santa Catarina, por exemplo, a DOPS foi criada em 1936, na administração do governador Nereu Ramos, o que ocorreu em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública, cujo chefe era Ivens de Araújo. Ela foi criada a partir da transformação da antiga Delegacia Auxiliar de Florianópolis, tendo como referência o Decreto-lei nº. 132, de 13 de novembro de 1936. A administração de Nereu Ramos também foi responsável pela interiorização dos serviços policiais civis, a partir da construção de vários prédios para abrigar as Delegacias Regionais de Polícia. O Delegado da DOPS\SC, de 1938 a 1945, foi Antônio de Lara Ribas.

No Paraná essa centralização ocorreu em 1937, no governo do Interventor Manoel Ribas, surgindo uma delegacia voltada para a questão política. Essa delegacia nasceu por meio da Lei nº. 177, de 15 de março. A historiadora Luciana Pomari e o historiador Angelo Priori (2012) explicam que essa Lei reorganizou e especializou as delegacias de polícia no Paraná. Elas passaram a ter as seguintes denominações: Delegacia Auxiliar; Delegacia de Segurança Pessoal; Delegacia de Vigilância e Investigações e a Delegacia de Ordem Política e Social, que ficou conhecida como DOPS/PR (Pomari; Priori, 2012, p. 103).

No território do Paraná havia 12 Superintendências Regionais de Polícia. Elas estavam localizadas nas principais cidades naquele contexto. Trata-se de Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Rio Negro, Jaguariaíva, Irati, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Tibagi, Jacarezinho, Londrina e União da Vitória (Pomari; Priori, 2012, p. 104). Essas superintendências foram instituídas pelo Decreto-lei nº 6.439, em julho de 1938, assinado pelo Interventor Manoel Ribas. Trata-se de uma medida que visava o controle dos sujeitos das regiões interioranas do Paraná.

Cabia a DOPS/PR:

a) – investigar, prevenir e reprimir, qualquer ação que, no Estado, se processe ou reflita, com finalidade de: I) – subverter a ordem pública; II) – atentar contra a segurança do regime; III) – embaraçar, ou prejudicar, o livre exercício dos poderes constituídos; IV) – ofender ou projetar ofender, a integridade do país; V) – modificar, ou pretender modificar, por meios violentos ou pregando a sua destruição, por palavras, escritas ou faladas,

ou atos concretos ou dissimulados, a forma constitucional em vigor; VI) – apreender obras de caráter subversivo; VII) – providenciar quanto à colocação de cartazes, “*placards*” e pinturas consideradas infringentes das disposições anteriores; VIII) – exercer vigilância contra propaganda extremista de qualquer natureza; IX) - controlar, quanto à ordem política e social, os movimentos de passageiros, por via aérea, rodoviária, marítima, fluvial e ferroviária, de hotéis, pensões e hospedarias; X) – manter censura telegráfica, epistolar, de imprensa, cinematográfica e de qualquer outra natureza, também de ordem política e social, quando as circunstâncias determinarem e também permitirem, mediante prévio entendimento com as autoridades federais ou estaduais competentes; XI) – conservar e executar serviços secretos de vigilância e investigações, sobre matéria pertinente à Delegacia; XII) – organizar arquivos reservados sobre pessoas, sociedades, civis e comerciais, firmas, e outras organizações suspeitas de atividades subversivas; XIII) – distribuir agentes, no território do Estado, nos pontos e localidades onde haja fundado receio de existirem as mesmas atividades; XIV) – atender os serviços do Arquivo Geral de Polícia do Distrito Federal; XV) – sustar e responsabilizar, na forma legal, a propaganda da guerra ou de que possa derivar questões diplomáticas e estremecimentos entre povos; b) – presidir inquéritos, em todos os seus termos, relativos à infração da Lei de Segurança e das demais leis que definem e punem, ou venham a definir e punir, crimes da natureza política e social; c) – processar as cartas de chamada, quando lhe for cometida tal atribuição, que será especial para cada caso, pela Chefia de Polícia; d) – formar os processos de repatriamento e de expulsão de estrangeiros; e) – fiscalizar o comércio, transporte, depósito, uso, emprego, porte e posse de explosivos, armas e munições, em todo território do Estado, expedindo ou mandando expedir as licenças respectivas; f) – examinar e encaminhar as licenças de posse, porte e uso de armas de caça; g) – executar, imediatamente as ordens que lhe forem transmitidas pela Chefia de Polícia; h) – remeter, diretamente, à mesma Chefia. Relatórios reservados sobre fatos e províncias de alçada e conhecimento da Delegacia (Athaides, 2015, p. 32).

Essas determinações foram estabelecidas pelo Chefe de Polícia, Roberto Barroso, através de uma portaria publicada no mês de abril de 1937. Essas competências objetivavam o controle da população, a identificação e a repressão a todo e qualquer movimento político considerado prejudicial à ordem política e a segurança nacional. Trata-se, aliás, de atribuições muito alinhadas ao que se engendrava no governo através da promulgação desenfreada de decretos-leis, os quais promoviam o fechamento do Estado nas mãos do poder executivo. Observemos, então, nas páginas que seguem, essa repressão em relação aos sujeitos e os espaços de forma mais concreta.

CAPÍTULO 02

SUJEITOS E ESPAÇOS DE SUSPEIÇÃO: CARTOGRAFANDO A REPRESSÃO EM UNIÃO DA VITÓRIA (PR)

A partir do mês de janeiro de 1942, no contexto do rompimento das relações diplomáticas do Brasil em relação ao Eixo, é possível observar no governo a necessidade de localizar e vigiar a população estrangeira presente no país, sobretudo, alemães, italianos e japoneses. Esse exercício de mapeamento pode ser observado a partir de um Formulário, contabilizando nele 79 questões, direcionado a todos os municípios brasileiros (Anexo 01). Esse Formulário tinha como objetivo realizar um mapeamento dos municípios do ponto de vista da ordem e da segurança nacional, utilizando, para isso, o aparato policial, ou seja, o preenchimento do documento estava a cargo das delegacias de polícia nos respectivos municípios.

Esse exercício de mapeamento dos municípios brasileiros foi solicitado pelo próprio Getúlio Vargas por meio de um telegrama secreto enviado a todos os interventores estaduais. Quem explica isso é a historiadora Elizabeth Cancelli (1994) quando destaca que através de um “telegrama reservado enviado a cada um dos interventores estaduais, Getúlio Vargas pedia a vigilância de todos os estrangeiros, além do total cumprimento das medidas que iriam ser anunciadas” (Cancelli, 1994, p. 158). O Formulário foi expedido pela Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, doravante mencionada pela sigla SSN. Está se falando de um órgão que pode ser entendido como uma das peças da engenharia político-institucional que foi sendo construída no Brasil a partir de 1930, ou seja, a partir da chegada de Getúlio Vargas ao poder com a chamada Revolução de 1930.

Esse Formulário é um documento interessante na medida em que revela o perfil dos sujeitos considerados pelo governo como perigosos a ordem e a segurança nacional, os sujeitos alvos da repressão da polícia no contexto político e militar da Guerra. Além disso, o documento revela por meio de suas questões uma preocupação com as relações por eles empreendidas, as atividades desenvolvidas, suas preferências ideológicas etc. O Formulário é interessante também por demonstrar quais espaços eram considerados pelo governo como pontos vulneráveis à ordem e a segurança nacional. Ademais, ele serve de parâmetro para

pensar a configuração de União da Vitória na década de 1940. Observemos, então, essas questões com mais profundidade nas páginas que seguem.

2.1. Os sujeitos e os espaços considerados nocivos a Segurança Nacional

O Formulário expedido pela SSN aos municípios brasileiros para serem preenchidos pelas delegacias de polícia fazia parte do aparelho repressivo do Estado Novo. O documento, com suas 79 questões, pode ser dividido, para fins de problematização nesta pesquisa, em duas categorias, a saber: sujeitos e espaços.

Na categoria sujeitos nota-se logo de início que o documento foi organizado em torno da noção de “estrangeiro”, entendido como um problema. Trata-se do “outro”, aquele que é cultural e etnicamente diferente, de nacionalidade, de raça, de etnia, de religião, de língua e de interesses. São entendidos como elementos incômodos no campo político do país, os quais precisavam ser mapeados e vigiados pela polícia, conforme problematizado nesta pesquisa no capítulo 01. Na categoria espaços o documento arrola, de forma interrogativa, haja vista ser um questionário, uma série de espaços, tanto geográficos como sociais, que também precisavam de vigilância constante do aparato policial do Estado Novo.

Acrescente-se as categorias de sujeitos e espaços a noção de suspeição. Nesse ponto dialoga-se com o conceito de “lógica da suspeição”, trabalhado pela historiadora Marionilde Brepohl de Magalhães (1997) no contexto da repressão da Ditadura Militar. De acordo com a autora a lógica da suspeição está ligada ao caráter preventivo do governo por meio do seu aparato policial repressivo, bem como a disseminação de um “terror” por meio da vigilância e do controle no cotidiano da sociedade. Nessa lógica promove-se, por exemplo, a “acumulação uma enorme quantidade de informações sobre a vida pública e privada de indivíduos e organizações considerados potencialmente subversivos”, como complementa Caroline Bauer (2006). Portanto, está se falando de sujeitos e espaços de suspeição, ou seja, sujeitos e espaços entendidos pelo Estado Novo, autoritário, repressivo, ao lado dos Aliados na Guerra, como potencialmente subversivos.

Para iniciar essa problematização convidamos os/as leitores/as a observarem os dados compilados na Tabela 01, os quais foram extraídos do formulário da SSN em relação aos sujeitos de suspeição.

Tabela 01: Sujeitos de suspeição de acordo com o Formulário da SSN

Os estrangeiros que vivem no município manifestam, ou manifestavam antes do rompimento de relações com a Alemanha, Itália e Japão, simpatia pelas doutrinas políticas vigentes nesses países ou entusiasmo por seus feitos de guerra;
Há no município brasileiros naturalizados que não estejam efetivamente adaptados ao ambiente nacional;
Quais as nacionalidades em que, mesmo depois da naturalização, se verifica o apego do indivíduo à nacionalidade de origem;
Há no município estrangeiros suspeitos de atividades contrárias ao regime político nacional, ou nocivas aos interesses e à segurança do país. Quais;
Os suspeitos estão sob vigilância policial;
Há a possibilidade de perturbação da ordem local por parte de estrangeiros no momento;
Se for retirado o elemento militar do município é possível que os estrangeiros tentem subverter a ordem.

Fonte: Formulário da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1942a. Pasta Delegacia de Polícia de Rio Negro. Arquivo Público do Paraná. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba.

Utilizando, portanto, o termo estrangeiro como sinônimo de indesejável, de sujeitos problema, o documento aponta de forma interrogativa para as nacionalidades das pessoas consideradas perigosas a ordem e a segurança nacional. No documento fica evidente que os estrangeiros, considerados elementos perigosos, são basicamente aqueles provenientes do Eixo, formado no contexto da Guerra por Alemanha, Itália e Japão. Prova disso é que em várias ocasiões a palavra “estrangeiro” é seguida no referido Formulário da especificação “alemães, italianos e japoneses” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1942a).

Também aparece no Formulário a expressão “súditos desses países”, ou “súditos do Eixo”, que correspondem a uma nomenclatura oficial pela qual eram chamados os alemães, os italianos e os japoneses durante a Segunda Guerra Mundial. Trata-se, como destaca o historiador Roger Chartier (1991), de uma representação social e política do elemento considerado nocivo à ordem política e à segurança nacional, encontrada nos documentos da polícia política e nos documentos do governo de modo geral. Segundo considerações de Maria Helena

Chaves Silva (2007), esse termo reunia em si uma “forte carga simbólica que justificava a necessidade de exclusão desses estrangeiros do convívio social” (Silva, 2007, p. 28). Além disso, sujeitos de suspeição eram aqueles que manifestavam simpatia a doutrinas políticas dos países do Eixo, nazistas, no caso dos alemães; aqueles que demonstravam apego a nacionalidade de origem, como os alemães identificados com a *Deutschum*, ou seja, a Germanidade.

É importante destacar, ainda, que nesse contexto todos os alemães eram considerados suspeitos e capazes de atividades contrárias à segurança nacional, independente dos interesses e das experiências. É o que problematiza Rafael Athaides (2011), quando menciona que a colonização de alemães no Brasil foi realizada em diferentes momentos. Há imigrantes que organizaram suas vidas desde o início da colonização, no segundo quartel do século XIX, antes da unificação alemã (1871), que fincaram raízes mais fortes no além-mar. Muitos desses sujeitos haviam se estruturado no país, bem como há uma geração de teuto-brasileiros que não demonstravam o mesmo fervor em relação à Alemanha. Portanto, o historiador destaca que nem todos os alemães e teuto-brasileiros eram fervorosos em relação a Alemanha e simpatizantes do nazismo e da Alemanha na Guerra, mas a lógica da suspeição alocou todos nesse lugar de suspeito.

O Formulário da SSN também arrolava os espaços considerados vulneráveis a ordem e a segurança nacional, como exposto na Tabela 02:

Tabela 02: Espaços de suspeição de acordo com o Formulário da SSN

Colônias ou núcleos estrangeiros;
Sociedades civis, recreativas, corporativas, beneficentes dos súditos funcionando;
Escolas particulares;
Propriedades agrícolas pertencentes a estrangeiros;
Propriedades agrícolas arrendadas por estrangeiros;
Estabelecimentos industriais;
Fábricas de armas, munições e explosivos;
Empresas de transportes;
Estradas de rodagem, estradas de ferro;
Rios navegáveis, portos;
Elevações de terreno.

Fonte: Formulário da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1942a. Pasta Delegacia de Polícia de Rio Negro. Arquivo Público do Paraná. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba.

Na lógica da suspeição o governo do Estado Novo entendia as colônias formadas por estrangeiros como espaços potencialmente subversivos. Além disso, aparecem as sociedades civis, recreativas, corporativas, beneficentes, escolas, propriedades agrícolas, estabelecimentos industriais, fábricas de armas, munições e explosivos, empresas de transportes, estradas de rodagem e de ferro, rios navegáveis e até elevações naturais de terreno.

Observemos essas questões um pouco mais de perto. O Formulário da SSN procurava esquadrihar o município no que diz respeito às propriedades agrícolas pertencentes e arrendadas por estrangeiros, fossem elas de grandes ou pequenas proporções como fazendas, sítios ou chácaras. O documento solicitava uma série de informações sobre essas propriedades, conforme apresentado nas Tabelas 03 e 04:

Tabela 03: Propriedades agrícolas pertencentes a estrangeiros como espaços de suspeição de acordo com o Formulário da SSN

Nome e nacionalidade do proprietário;
Época em que foi adquirida;
Distância da sede do município;
Extensão
Valor de aquisição;
Espécie de gêneros que produz;
Quantidade e valor aproximado da produção anual;
Número de empregados estrangeiros;

Fonte: Formulário da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1942a. Pasta Delegacia de Polícia de Rio Negro. Arquivo Público do Paraná. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba.

Tabela 04: Propriedades agrícolas arrendadas por estrangeiros como espaços de suspeição de acordo com o Formulário da SSN

Nome e nacionalidade do arrendatário;
Época em que foi adquirida;
Distância da sede do município;
Extensão
Data e valor anual do arrendamento;
Espécie de gêneros que produz;
Quantidade e valor aproximado da produção anual;
Número de empregados estrangeiros;

Fonte: Formulário da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1942a. Pasta Delegacia de Polícia de Rio Negro. Arquivo Público do Paraná. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba.

Sobre as propriedades agrícolas pertencentes e arrendadas por estrangeiros o documento questionava as delegacias a nacionalidade dos proprietários, solicitava a identificação dos mesmos, quando as propriedades haviam sido adquiridas ou arrendadas, qual a extensão, o que nelas eram produzidas, qual a quantidade e o valor aproximado da produção, número de pessoas que nelas trabalhavam. Esse conjunto de informações permitiria a polícia e, conseqüentemente, a esse Estado autoritário do Estado Novo, compreender o quanto e como os estrangeiros estavam ligados ao setor de produção agrícola do país, o quanto eles eram responsáveis pela produção de gêneros de autoconsumo. Era possível compreender, por meio das respostas, o montante de capital econômico manipulado pelos sujeitos advindos do Eixo. Na lógica policial e repressiva esse capital econômico, que dá acesso a bens materiais e simbólicos para os sujeitos, poderia ser facilmente convertido em ações subversivas, ou seja, ações contrárias os interesses do Estado.

O documento aprofundava esse esquadramento solicitando que as delegacias de cada município brasileiro informassem sobre a proximidade das propriedades agrícolas pertencentes ou arrendadas por estrangeiros de pontos estratégicos, conforme dados apresentados na Tabela 05:

Tabela 05: Propriedades agrícolas pertencentes ou arrendadas por estrangeiros como espaços de suspeição de acordo com o Formulário da SSN

Quais estão localizadas na mesma zona;
Quais estão próximas a leitos de estrada de ferro;
Quais estão próximas a estradas de rodagem;
Quais estão próximas a aeroportos ou campos de aviação;
Quais estão próximas a usinas de eletricidade;
Quais estão próximas a rios navegáveis;
Quais estão próximas a fábricas de armas munições e explosivos;
Quais estão localizadas em elevações de terreno.
Há residências de estrangeiros (alemães, italianos e japoneses) localizadas isoladamente em quaisquer dos pontos estratégicos mencionados acima. Quais seus nomes e nacionalidades.

Fonte: Formulário da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1942a. Pasta Delegacia de Polícia de Rio Negro. Arquivo Público do Paraná. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba.

Esse conjunto de questionamentos é significativo na medida em que mostra os contornos da suspeição do Estado que via em todos os espaços possíveis

ameaças. Nota-se que interessava aos órgãos repressivos do Estado saber, por exemplo, o quão os estrangeiros estavam próximos uns dos outros, quando questiona quais as propriedades pertencentes e arrendadas por estrangeiros estavam localizadas na mesma zona. Na lógica da suspeição a proximidade entre sujeitos considerados nocivos era vista como um problema, pois havia a possibilidade de maquinações, de desvios e de ações contrárias à ordem instituída.

Nessa mesma lógica o documento questionava quais as propriedades pertencentes ou arrendadas por estrangeiros estavam localizadas próximas a pontos estratégicos de comunicação como estradas de ferro, estradas de rodagem, aeroportos ou campos de aviação e rios navegáveis. O documento questiona ainda, sobre situações de isolamento de estrangeiros nesses pontos estratégicos. Esse conjunto de questionamentos destaca o receio por parte do Estado em relação a presença de estrangeiros do Eixo nesses pontos. Preocupava uma possível tomada, por parte dos estrangeiros do Eixo, das estradas de rodagem e de ferro, uma possível danificação de trilhos, nas pontes férreas, etc. Essas ações eram cogitadas podendo trazer transtornos a ordem e a segurança nacional. Assim, o mapeamento da presença de sujeitos nocivos nesses espaços era necessário.

Outros espaços como hotéis, pensões e empresas de transportes não escaparam da suspeição do Estado e foram colocadas debaixo de vigilância policial. Em 1943, por exemplo, verificamos em um ofício que a DOPS\PR enviava a D. R. de União da Vitória cerca de 500 fichas, as quais eram destinadas ao registro mensal de viajantes, bem como o registro de hóspedes nos hotéis e pensões estabelecidas no município (Arquivo Público do Paraná. DOPS, 1943a). Em outro documento, de 1943, é possível observar o cumprimento dessa demanda por parte da D. R. de União da Vitória. Isso, porque a Delegacia informava o envio de uma relação de hóspedes e viajantes, dos hotéis do município, assim como dos passageiros da Empresa de Transportes de Passageiros deste município a Clevelândia, localizado na região Sudoeste do Paraná (Arquivo Público do Paraná. DOPS, 1943a). Pode-se entender que para a polícia política essas informações permitiam monitorar o deslocamento de estrangeiros por todo o território nacional.

O documento também demonstra preocupação com aspectos da geografia dos municípios, colocando-os como espaços de suspeição. É exemplo disso a existência de terrenos com elevações, morros, montanhas etc. Na lógica construída

pelo Estado, através de seus órgãos e medidas repressoras, terrenos elevados, com vista para a sede do município, para estradas de rodagem, estradas de ferro, portos, campos de aviação etc., poderiam ser utilizados para espionagem, maquinações, para subverter a ordem política instituída e a segurança do país, precisando ser mapeados e monitorados, sobretudo, no que diz respeito aos estrangeiros. Podemos complementar essa ideia com ajuda de Ana Maria Dietrich (2007, p. 333) quando explica que muitas fotografias de paisagens, alemãs e brasileiras, produzidas em elevações de terreno, ou de forma aérea, encontradas com sujeitos alemães, investigados, presos, eram transformadas em “peças” importantes de inquéritos policiais, elas acabavam funcionando como provas de subversão da ordem.

Fábricas de armas, munições e de explosivos localizadas nos municípios também eram considerados espaços de suspeição, os quais precisavam ficar debaixo de vigilância. Isso pode ser observado quando o Formulário da SSN questiona quais as propriedades agrícolas pertencentes ou arrendadas por estrangeiros estavam localizadas próxima a essas fábricas. O documento dedicou espaço significativo a temática. Vejamos isso nos dados arrolados na Tabela 06:

Tabela 06: Fábricas de armas, munições e explosivos como espaços de suspeição de acordo com o Formulário da SSN

Há no município fábrica de armas, munições e explosivos;
Indicar nome, nacionalidade e residência dos proprietários, sócios, diretores da empresa;
Quais os tipos de armas, munições e explosivos e a média da produção anual;
Quais os nomes, nacionalidades, profissões e residências das pessoas que adquiriram maior quantidade de armas, munições e explosivos de janeiro de 1941 a junho de 1942;
A venda de armas, munições e explosivos, em qualquer quantidade, dependem de prévia licença da autoridade;
A verificação dos estoques é feita mensalmente.
Qual o nome e a nacionalidade dos estrangeiros autuados por porte de armas durante o ano de 1941.
Durante o ano de 1941 foram apreendidas armas nas residências de estrangeiros. Quais os nomes e a nacionalidade desses estrangeiros.
Possuem os estrangeiros armas, munições ou explosivos nas colônias agrícolas. Suas atividades ou profissões justificam a necessidade de armas, munições ou explosivos.

Fonte: Formulário da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1942a. Pasta Delegacia de Polícia de Rio Negro. Arquivo Público do Paraná. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba.

Em caso de haver fábricas dedicadas a produção de armamento, munições e explosivos o documento solicitava as autoridades policiais municipais a indicação do nome, da nacionalidade e da residência dos proprietários e demais envolvidos na direção do estabelecimento. Solicitava informações sobre quais armas eram produzidas, quais munições e explosivos, bem como o montante produzido anualmente na respectiva fábrica. O Estado também manifestava interesse em conhecer os mecanismos de verificação e o controle dos estoques desses materiais. Na lógica da suspeição essas fábricas, os sujeitos envolvidos, o montante de material deveriam ser muito bem controlados, sobretudo, quando havia sujeitos do Eixo, ou seja, alemães, italianos e japoneses nas proximidades. Isso porque esses espaços poderiam ser alvo de ataques, saques e contrabandos. Trata-se de materiais que poderiam ser utilizados contra a ordem e a segurança nacional.

Nesse contexto, ainda, questões específicas são observadas no Formulário. Trata-se da existência de armas, munições e explosivos nas mãos de estrangeiros nas propriedades agrícolas, bem como a aquisição e o porte de armas, munições e explosivos no que diz respeito a estrangeiros. Há um aprofundamento dessa temática no documento quando o mesmo solicitava informações sobre a necessidade de estrangeiros possuírem armas de fogo nas colônias agrícolas, se suas atividades justificavam essa necessidade. Além disso, havia interesse em saber as nacionalidades, profissões e residências das pessoas que haviam adquirido armas munições e explosivos em quantidade maior que aquela considerada corriqueira.

Nesse ponto pode ser problematizado o fato de que a presença de armas de fogo era comum na década de 1940, sobretudo, em regiões interioranas. Armas de fogo eram utilizadas para segurança dos sujeitos, nas caçadas, bem como para “forjar” suas masculinidades, tendo em vista que a posse de armas tem forte e incontornável componente de gênero. Ademais, Ângelo Piori e Verônica Ipólito (2015) explicam que armas de fogo eram utilizadas como uma forma de segurança dos sujeitos devido ao número insuficiente de policiais que dessem conta de proteger toda a população, particularmente, aquela que vivia nas áreas rurais.

Entretanto, com as novas circunstâncias políticas e militares do país advindas da Guerra, armas, munições e explosivos nas mãos de estrangeiros, sobretudo, aqueles oriundos do Eixo, ou mesmo teuto-brasileiros, era uma

combinação perigosa à ordem e a segurança nacional que precisava ser verificada. Tanto que observamos a proibição do porte de armas aos estrangeiros na legislação a partir de 1942. Nesse sentido, cabia a polícia, “anular as autorizações de porte de arma e arrecadar as armas de qualquer espécie, estipulando um prazo de 15 dias pra que fossem entregues”. Cabia a polícia, ainda, o trabalho de “anular as negociações de armas, munições e materiais explosivos que, porventura, estivessem em andamento” (Alves, 2006, p. 109).

O documento também procurava esquadrihar os estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços presentes nos municípios brasileiros, conforme dados organizados na Tabela 07:

Tabela 07: Estabelecimentos industriais, comerciais e prestação de serviços como espaços de suspeição de acordo com o Formulário da SSN

Indicar nome da empresa;
Indicar nomes e nacionalidade dos proprietários, dos sócios ou diretores;
Qual o ramo da indústria;
Qual número aproximado de operários;
Qual a quantidade e o valor aproximado da produção anual.
Empresas de transporte de cargas. Indicar nome, da firma, nome e nacionalidade dos sócios, cidades a que servem, número e tipo de veículo;
Há estrangeiros que possuam automóveis, caminhões ou embarcações;
Estrangeiros se dedicam ao comércio

Fonte: Formulário da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1942a. Pasta Delegacia de Polícia de Rio Negro. Arquivo Público do Paraná. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba.

De acordo com os dados apresentados interessava conhecer a relação dos estrangeiros nesse circuito, questionando, por exemplo, a nacionalidade dos proprietários, o tipo de atividade desenvolvida, a quantidade de operários ligados a esse universo de produção, bem como o valor aproximado da produção anual da referida indústria. Com a posse destas informações era possível à polícia, como apontamos em relação as propriedades agrícolas pertencentes ou arrendadas por estrangeiros, verificar o quanto esses sujeitos eram responsáveis pela economia do município, bem como ter uma ideia da soma de capital econômico manipulado por esses sujeitos, sendo eles proprietários de significativos meios de produção.

O comércio e, sobretudo, a prestação de serviços também eram pontos importante na lógica de mapeamento do Estado. É interessante o fato de o Formulário questionar se havia no município empresas de transporte e cargas pertencentes a estrangeiros, bem como proprietários de automóveis, caminhões ou embarcações. O documento solicitava que a autoridade policial responsável pelo inquérito indicasse o nome da firma, o nome e a nacionalidade dos proprietários, dos sócios, quais as cidades atendidas pela empresa, ou seja, informar sobre sua circulação, bem como o número e tipo de veículos que dispunha. Sobre os automóveis, os caminhões e as embarcações as informações deveriam demonstrar a quantidade e o tipo de veículo, a natureza das embarcações e qual sua finalidade. Trata-se, nessa lógica de suspeição, de bens que possibilitavam o deslocamento, o transporte de cargas e de sujeitos do Eixo de um lugar para outro, colocando em perigo a ordem e a segurança do país nesse contexto de Guerra.

Contudo, o Formulário expedido pela SSN, entendido como uma das engrenagens da repressão, constituiu um bom exemplo das estratégias de “produção de suspeita”. O Estado Novo, por meio da polícia política, seu braço repressor, considerava espaços de trabalho, de produção, de circulação de pessoas, de sociabilidade como espaços de suspeição, que precisavam ser mapeados e vigiados. Trata-se de um Estado que entendia todos os espaços e via em todos os aspectos possíveis ameaças à ordem e a segurança nacional.

2.2. Sujeitos de suspeição: os alemães na colonização de União da Vitória

Como apontado anteriormente o formulário da SSN identificava através de seus questionamentos todos os alemães e teuto-brasileiros como perigosos a ordem e a segurança nacional. Observemos, então, como se configurava a presença desses sujeitos no município de União da Vitória na década de 1940.

Vimos que um dos questionamentos apresentados pelo documento dizia respeito às colônias ou os núcleos estrangeiros presentes nos municípios. Para o município de União da Vitória essa questão é pertinente. Isso porque observa-se um complexo processo de colonização, marcado historicamente pela criação de núcleos

coloniais, com sujeitos de diferentes procedências e culturas, entre eles, imigrantes alemães e teuto-brasileiros.

Recuando um pouco no tempo é possível ressaltar que os primeiros ocupantes do território que mais tarde formaria o município de União da Vitória foram indígenas pertencentes a diferentes etnias como, por exemplo, os Kaingangs e os Xokleng. Porém, em meados do século XIX esse território começou a ser colonizado oficialmente. De acordo com a historiografia local a colonização de União da Vitória está ligada a atividade pecuarista realizada nos campos de Palmas, no oeste do Paraná, que foi iniciada após a conquista do território dos indígenas Kaingangs, levada a efeito pela Coroa Portuguesa no início do século XIX.

Alvir Riesemberg (1973) destaca que os campos de Palmas não ofereciam plenas condições ao desenvolvimento da pecuária, pois havia uma série de dificuldades de deslocamento e de aquisição dos produtos indispensáveis ao trato dos animais como o sal⁵. Segundo dados do autor a aquisição desse produto ocorria por meio do Porto de Antonina, através de Guarapuava, cujo trajeto era considerado bastante demorado e extremamente oneroso devido a sua topografia acidentada.

Essa é a explicação para a necessidade da abertura de um caminho que colocasse os pecuaristas de Palmas em comunicação mais fácil com os mercados do gado e do sal. Assim, em 1842, foi “encontrado” uma passagem rasa no rio Iguaçu, permitindo encurtar e facilitar o comércio de gado, cujo feito foi atribuído a Pedro Siqueira Cortes⁶. Dessa forma, a partir de 1842, o gado criado em Palmas passou a ser deslocado para o comércio pelo que ficou denominado “vau do rio Iguaçu”. Surgiu nesse ponto o chamado Porto da União, primeira denominação dada a esse território (Riesemberg, 1973, p.40).

Em torno de três décadas depois, chegou à região, procedente da Freguesia de Palmas, o Coronel Amazonas de Araújo Marcondes, cujo objetivo era mediar as transações comerciais de Palmas com o litoral paranaense, bem como explorar o rio Iguaçu através da navegação a vapor. Segundo José Cleto da Silva (1933, p. 46) um decreto imperial, expedido em 1879, autorizava-o a explorar o rio Iguaçu de União

⁵ O sal é um elemento indispensável para cobrir as necessidades de sódio, mineral que não é encontrado em níveis adequados para o crescimento satisfatório e a função produtiva do gado.

⁶ A palavra ‘encontrado’ está escrita entre aspas como forma de chamar atenção para o fato de que essa passagem rasa do rio Iguaçu provavelmente já era de conhecimento e de uso da população nativa.

da Vitória até Porto Amazonas. A partir disso embarcações para transporte de mercadorias e passageiros foram lançadas no rio Iguaçu, passando por localidades que atualmente correspondem aos municípios de “Palmeira, Porto Amazonas, Lapa, São João do Triunfo, Antônio Olinto, São Mateus do Sul, Paulo Frontim, Paula Freitas, União da Vitória e Porto Vitória” (Ansbach, 2008, p. 40).

Nesse contexto da navegação a vapor no Rio Iguaçu o processo de imigração europeia teve início em União da Vitória. A historiografia local dá destaque a chegada dos primeiros imigrantes alemães, em número de 24, no início da década de 1880, os quais foram trazidos pelo Coronel Amazonas Marcondes e sua empresa de navegação (Cleto da Silva, 1933, p. 47). Em 1884, 1885 e 1887 novas levas de alemães foram registradas, os quais vindos de São Francisco, litoral catarinense.

Em 1890 ocorreu à emancipação política de União da Vitória. Com o Decreto nº. 54, de 27 de março, União da Vitória era desmembrada de Palmas. Na mesma data, o Decreto nº. 55 transformava União da Vitória em Intendência Municipal (Cleto da Silva, 1933). Nesse contexto o processo de ocupação do território se intensifica com a instalação de imigrantes poloneses, ucranianos, italianos e alemães. Foram fundadas colônias pela iniciativa do Governo Federal, pela Intendência Municipal, por empresas colonizadoras e pela iniciativa particular. Essas colônias seguiram a lógica do projeto colonizador desenvolvido no sul do país. Trata-se de colônias que privilegiavam a pequena propriedade agrícola trabalhada com mão-de-obra familiar” (Seyferth, 1999, p. 277).

Imigrantes ucranianos e poloneses, por exemplo, foram fixados, a partir de 1892, na colônia Antônio Candido, composta de 109 lotes. Em 1894, foi fundada a colônia Legrú, pela empresa colonizadora Henrique Hacher & Cia, cuja sede ficava na área urbana de União da Vitória. Essa colônia também foi ocupada por ucranianos, poloneses e, com o tempo, alemães, teuto-brasileiros e italianos.

Em 1896, a Intendência instalou imigrantes no rocio da Vila. Trata-se de trinta famílias de colonos ucranianos e poloneses fixados na colônia que foi denominada Alberto de Abreu e estava localizada próximo ao núcleo de União da Vitória (Livro de Atas, 1896, p. 118). Em 1897, foi fundada a colônia Vila Zulmira, “em terras do Banco de Areia, a nove quilômetros do povoado de União da Vitória”,

as margens do Iguaçu. Nessa colônia, fundada pelo engenheiro João Teixeira Soares, foram fixadas famílias italianas (Riesemberg, 1973, p. 105)⁷.

No início do século XX, mais precisamente em 1907, ocorreu a fundação dos núcleos coloniais Coronel Amazonas e Vitória. Trata-se de colônias fundadas pela iniciativa privada, a cargo do General João Soares Neiva de Lima e o Capitão Francisco de Azevedo Müller, distantes doze e quinze quilômetros da área urbana do município de União da Vitória (Cleto da Silva, 1933, p. 95). Ocuparam essas colônias imigrantes alemães e teuto-brasileiros, a maioria vindos de antigas colônias do Rio Grande do Sul. Um ano depois, em 1908, ocorreu a fundação da colônia chamada Nova Galícia, com predominância de poloneses, influenciada pela ferrovia que havia alcançado o município em 1905.

Em 1910, foi fundado o Núcleo Colonial Federal Cruz Machado, pelo Governo Federal (Riesemberg, 1973, p. 107). Tratou-se de uma colônia com proporções significativas, contando com “556 lotes urbanos e 2.117 lotes rurais, sendo a maior fundação colonial realizada pelo Governo Federal. Cruz Machado tornou-se Distrito Judiciário em fevereiro de 1918” (Riesemberg, 1973, p. 107). Esse núcleo foi ocupado por imigrantes poloneses, ucranianos e alemães. Depois da Primeira Guerra Mundial o núcleo recebeu levas de imigrantes provenientes da Alemanha, bem como alemães e teuto-brasileiros das antigas colônias do Rio Grande do Sul, uma vez que esse estado já não conseguia mais abrigar a população de descendentes de imigrantes. Por outro lado, o Paraná, por exemplo, estava atraindo esses sujeitos para ocupação do espaço, para novas fronteiras agrícolas.

Cabe ressaltar ao/a leitor/a que em 1917 foi assinado o Acordo de Limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, colocando fim a uma histórica disputa territorial⁸. É nesse contexto que foi criado o município de Porto União, em 5

⁷ João Teixeira Soares foi um dos latifundiários dessa região na passagem do século XIX para o XX. Sujeito envolvido com projetos de expansão ferroviária do país, sobretudo, a construção da Estrada de Ferro do Paraná, no trecho entre Paranaguá a Curitiba, e da construção de parte da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande.

⁸ Resumidamente pode-se destacar que as divergências em relação aos limites territoriais entre esses dois estados têm origem no século XIX, quando a Vila de Lages e todo o seu termo foram desanexados da província de São Paulo. Segundo Hapner (2013, p. 249) a província de Santa Catarina passou a entender que o termo de Lages correspondia a todo o sertão, indo até “os espanhóis”. A província de São Paulo discordava desse entendimento. Quando o Paraná foi elevado à categoria de província, em 1853, a disputa continuou. De qualquer forma, a jurisdição paranaense na região era exercida. Soluções políticas foram tentadas pelos estados ao longo da segunda metade do século. O litígio entrou o século XX e foi acirrado com a construção da EFSPRG e pelo início das

de setembro de 1917, em território catarinense. Nessa nova configuração as colônias Legrú, Nova Galícia, ficaram em território catarinense. As colônias Vila Zulmira, Vitória, Cel. Amazonas e Cruz Machado, ficaram no estado do Paraná.

Todos esses apontamentos são interessantes e ajudam a compreender que o município de União da Vitória apresenta um complexo e histórico processo de colonização, o qual foi muito marcado pelo poder econômico e político de figuras de representatividade na região, como o Cel. Amazonas Marcondes e Teixeira Soares. Ademais, os lotes coloniais, baseados na pequena propriedade, trabalhada com mão de obra familiar imigrante, quadriculou muito do território de União da Vitória. Várias foram as colônias fundadas e ocupadas no contexto da imigração europeia, as quais estavam enraizadas no território na década de 1940.

Por fim, observa-se um processo de colonização marcado por sujeitos de diferentes procedências e culturas, pela movimentação dos sujeitos, que materializaram uma sociedade de múltiplas feições étnicas e experiências. Nesse contexto os alemães e teuto-brasileira foram significativos, os quais no Estado Novo foram alvo do projeto de nacionalização e da repressão policial, uma vez que considerados nocivos a ordem política e a segurança nacional.

2.3. Os espaços de suspeição: União da Vitória e a segurança nacional

Como apontado anteriormente o formulário da SSN arrolada através de seus questionamentos uma série de espaços considerados de suspeição, ou seja, que poderiam ser vulneráveis a ordem política e a segurança nacional. Observemos, nesse ponto, como esses espaços se apresentam na configuração do município de União da Vitória na década de 1940.

Um desses espaços é o rio Iguaçu como apontamos anteriormente. Esse rio é formado pelo encontro dos rios Iraí e rio Atuba, na parte leste do município paranaense de Curitiba, junto a divisa deste com os municípios de Pinhais e São

atividades da *Lamber Southern Corporation*, que passou a explorar as terras da região contestada. Em 1916, fixou-se os novos limites com a intervenção do Presidente da República Wenceslau Braz.

José dos Pinhais. Trata-se de um rio com cerca de 1.300 quilômetros de curso, desaguando no rio Paraná, localizado na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai.

Como vimos o rio Iguaçu esteve ligado historicamente ao surgimento e ao desenvolvimento de União da Vitória. Durante a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas de XX o rio Iguaçu influenciou a ocupação humana no espaço, o desenvolvimento de atividades econômicas e o modo de vida das pessoas. O rio Iguaçu, na região do vau, pode ser entendido como um ponto de confluência, a principal porta de entrada e saída de mercadorias, pessoas e notícias da região até boa parte do século XX.

Inclusive, na década de 1940, a navegação pelo rio Iguaçu ainda era um modal importante de transporte. Nesse contexto pode-se mencionar, com a ajuda de Hermógenes Lazier (1985, p. 22), a existência da Lloyd Paranaense S.A., uma empresa de navegação, criada em 1915, com sede inicial em Porto Amazonas. Trata-se de uma empresa constituída pela fusão de diversos empreendimentos que exploravam o transporte fluvial no rio Iguaçu. A hidrovia do rio Iguaçu somente entrou em declínio e foi extinta na década de 1950, mais especificamente em 1953, quando ocorreu a desativação da Lloyd Paranaense S.A. e com a ampliação e o aperfeiçoamento da malha rodoviária (Rienseberg, 1973).

É interessante a combinação entre navegação e suspeição em União da Vitória como sugere o Formulário da SSN. Essa combinação chama ainda mais atenção quando se observa a presença de estrangeiros na navegação pelo rio Iguaçu. Podemos citar o caso de Frederico Luedke, nascido na cidade de *Strasburg*, que pertencia à Alemanha. Trata-se de um imigrante alemão, com 52 anos de idade, que residia em Porto Almeida, próximo a colônia Cruz Machado (PR). Esse sujeito era operador de uma lancha no rio Iguaçu, a qual fazia a linha de Porto Vitória a União da Vitória\Porto União. Aliás, essa era a forma mais fácil dos habitantes de Porto Almeida e Cruz Machado acessarem o conglomerado urbano de União da Vitória e Porto União. Esse sujeito percorria cerca de 20 quilômetros pelo rio Iguaçu transportando passageiros e mercadorias. Estas informações sobre esse sujeito foram encontradas nos documentos da DOPS/PR, pois ele foi vigiado por ser alemão e apresentar envolvimento com o setor da navegação no rio Iguaçu. Nos documentos, em 1º de março de 1942, verificamos que a polícia o representou como

“um dos principais adeptos do Eixo na região (...)”, um “elemento nocivo a tranquilidade e a segurança nacional” (Arquivo Público do Paraná. DOPS, 1942b).

Ainda nesse contexto podemos citar o uso de canoas no rio Iguaçu, sobretudo, uma canoa específica que foi alvo da ação da polícia na década de 1940 em União da Vitória⁹. Trata-se da canoa de um sujeito chamado Geraldo Günther, que possuía uma fábrica de produtos cerâmicos e colocava a disposição da população seus serviços de dentista prático. Günther era proprietário de uma canoa, comprada do dono de uma olaria de Santa Cruz do Timbó. Essa canoa serviu durante muitos anos para o transporte de pessoas e de mercadorias de uma margem a outra do rio Iguaçu, antes da construção da ponte chamada Interventor Manoel Ribas. Entretanto, no início da década de 1940, a referida canoa foi apreendida pela D. R de União da Vitória. Qual a justificativa? Era a de que Günther era alemão e era acusado de ter identificação com a célula do Partido Nazista existente em Porto União e por fazer propaganda nazista na região (Arquivo Público do Paraná. DOPS, 1942c). Trata-se, portanto, de sujeitos, que na lógica da suspeição, eram suspeitos e estavam presentes diariamente em um ambiente considerado estratégico, o rio Iguaçu.

Outra questão a se destacar é a presença da ferrovia em União da Vitória, em cujas margens foram fundadas colônias agrícolas ocupadas por imigrantes. Trata-se da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, doravante mencionada como E.F.S.P.R.G. Márcia Espig (2012, p. 168) destaca que em fins de 1835 o governo autorizava a construção de um caminho de ferro ligando pelo interior o Sudeste ao Sul. Através do Decreto-lei nº. 10.432, assinado em 1889, às portas da República, o engenheiro João Teixeira Soares, ganhava o privilégio de sua construção.

Os trilhos da E.F.S.P.R.G. alcançaram União da Vitória em 1905. Cleto da Silva (1933, p. 89) explica que os trilhos chegaram à margem direita do Iguaçu, com a inauguração do “trecho da linha férrea da Estação de Paulo Frontin a União da Vitória, numa extensão de cerca de 50 quilômetros”. A primeira estação ferroviária foi construída de forma provisória à margem direita do rio Iguaçu, o qual precisava

⁹ A partir de 1842, com o uso do vau do rio Iguaçu, as canoas e os canoeiros foram significativos no desenvolvimento de União da Vitória. As canoas transportavam passageiros e mercadorias de uma margem a outra do rio Iguaçu, inclusive, atuando mesmo depois de iniciada a navegação a vapor.

ser transposto. Em 1907, essa barreira natural foi vencida com a construção de uma ponte metálica, a qual deu trânsito aos trens para a margem esquerda do rio Iguaçu.

Com a ponte sob o rio Iguaçu a construção da ferrovia seguiu em direção ao Sul. A partir daí a construção do trajeto até Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, último da linha, foi realizado a partir de diferentes frentes, tendo como responsável o engenheiro italiano Achilles Stenghel. Márcia Espig (2012, p. 856) destaca que nesse momento a empresa “norte americana *Brazil Railway Company* concluiu o processo de aquisição das ações assumindo o controle da diretoria”. Trata-se de uma empresa ferroviária e de exploração das áreas, entendidas como “devolutas”, paralelas ao traçado da ferrovia, cujo principal dirigente foi o investidor norte-americano *Percival Farquhar*¹⁰. No final de 1907, a companhia conseguiu obter do governo a prorrogação do prazo para o término da ferrovia, sendo que deveria ser concluída até 1910. Por outro lado, era entregue ao tráfego, em 1917, a ferrovia que ligava os municípios de União da Vitória e Porto União a São Francisco, no litoral de Santa Catarina.

Todas essas considerações são importantes porque uma vez concluída essa linha, o município União da Vitória tornou-se um importante entroncamento ferroviário. Isso quer dizer que o município passou a ser um espaço estratégico de comunicação tanto com sul do país como litoral catarinense via ferrovia. Trata-se de uma ferrovia ligada a momentos importantes da história recente do Brasil como a Guerra do Contestado e a Revolução de 1930. Nesses eventos a E.F.S.P.R.G. foi utilizada para o trânsito de soldados, armamentos e revoltosos. É uma estrada com importantes implicações econômicas, políticas e históricas.

Essas considerações ajudam a explicar o interesse do governo pelos caminhos de ferro, pois havia nesses espaços elementos para a organização de práticas subversivas. A E.F.S.P.R.G., por exemplo, configurava-se para o governo como ponto estratégico, tanto no sentido de ataque a ordem instituída como no de defesa. Portanto, a presença de estrangeiros dos países do Eixo no leito das

¹⁰ A palavra devolutas foi colocada entre aspas como forma de chamar atenção para a problemática da ocupação da região e a importância da Guerra do Contestado, mesmo não sendo o objeto de discussão deste trabalho. As terras junto ao traçado da ferrovia foram consideradas devolutas, terras públicas e não ocupadas, desconsiderando ali a presença de uma população cabocla que vivia, sobretudo, da agricultura de autoconsumo, da criação de animais e da exploração da erva-mate.

estradas foi vista como um problema à segurança nacional no início da década de 1940.

Essas afirmações são elaboradas tendo em vista um relatório escrito em 1942, por Tarciso Vicente de Castro, direcionado a DOPS, em Curitiba. O documento chamava a atenção da polícia para o fato de em União da Vitória:

“não estar bem garantida a segurança da ponte férrea sobre o rio Iguaçu, que por ser grande e única na região, junto a esse eixo centro do país (...) grande transtorno traria, caso fosse dinamitada, obrigando o desvio pelo Rio Negro, ou forçando a comunicação pelas estradas de rodagem” (Arquivo Público do Paraná. DOPS, 1942d).

Assim, uma possível tomada das estradas, danificação de trilhos e pontes traria transtornos ao governo, comprometendo o envio de tropas e armamentos para o Sul. Na lógica da suspeição seria necessária a utilização de desvios ou forçar a comunicação pelas estradas de rodagem do sul do país, o que implicaria na necessidade de maior tempo de deslocamento e uma logística diferenciada.

Seguindo os questionamentos do Formulário da SSN os campos de aviação também eram espaços de suspeição. Referências a esse espaço na região também podem ser encontradas. Em 1938, por exemplo, houve a inauguração de um Campo Municipal de Aviação, localizado no município vizinho, ou seja, em Porto União. Segundo o jornal O Comércio esse campo estava dotado de uma “estação radiotelegráfica e linha telefônica ligada a uma rede urbana”. Esse espaço encontrava-se distante doze quilômetros do perímetro urbano do município. O Campo é representado pelo jornalista responsável pelo jornal como um dos mais importantes campos de aviação do sul do país, sendo, ainda, ponto de parada para abastecimento dos aparelhos que realizavam a linha Rio de Janeiro-Porto Alegre. Esse novo espaço deu origem, inclusive, em outubro de 1939, ao Clube Aéreo da cidade, por iniciativa do prefeito de Porto União (O Comércio, 1939b, p. 01).

Outro espaço apontado como de suspeição pelo Formulário da SSN são as usinas hidrelétricas. Em União da Vitória havia a Empresa de Eletricidade Alexandre Schlemm & Cia, que era concessionária dos serviços de iluminação elétrica tanto pública como particular desde o ano de 1921. É interessante destacar que o recurso natural que fornecia energia a referida empresa estava localizado a cinco léguas de distância da área urbana de União da Vitória. A empresa servia-se do chamado

Salto do Palmital, localizado na colônia Cruz Machado, na qual havia imigrantes alemães vindos da Europa e de imigrantes e descendentes vindos das antigas colônias do Rio Grande do Sul (Cleto da Silva, 1933, p. 153).

Curiosamente, em 1942, alemães e teuto-brasileiros faziam parte no corpo de funcionários dessa empresa como observado na Tabela 08.

Tabela 08: Relação de funcionários da Empresa Alexandre Schlemm em 1942

Funcionário	Nacionalidade	Cargo e Residência
Eduardo Will	Alemã	Servente - Rua Castro Alves, nº. 37 - União da Vitória
Antonio (ilegível)	Austríaca	Maquinista - Rua Carlos Cavalcanti, s/n. União da Vitória
Henrique Scheibe	Alemã	Escriturário - Av. Municipal, s/nº. União da Vitória
Aristide Adam	Brasileira	Cobrador - Rua Profª. Amazília, n. 21, União da Vitória
Max J. (ilegível)	Brasileira	Maquinista - Salto Palmital (Usina), União da Vitória
André Clauss	Alemã	Maquinista - Salto Palmital (Usina), União da Vitória
José Becker	Alemã	Maquinista - Salto Palmital (Usina), União da Vitória
Antonio Bauer	Alemã	Eletricista - Vitória, nº. 4, Porto União
(ilegível) Codagnone	Brasileira	Telefonista - Rua Prudente de Moraes, nº. 2, Porto União

Fonte: Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória, 1942e. Arquivo Público do Paraná. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba.

Alemães e teuto-brasileiros também faziam parte do corpo administrativo dessa empresa. Trata-se de Rodolfo Alexandre Schlemm, que estava no cargo de presidente, com residência em Joinville; Alfredo Lange, vice-presidente, residente em União da Vitória e Carlos Alexandre Schlemm, gerente, residente em Porto União. Como conselheiros vê-se Harry Schmalz, Max Metzler, Paulo Zumkehr, Antonio Bauer e Antonio Spieker (O Comércio, 1940a, p. 01).

Do ponto de vista da suspeição a presença de alemães e teuto-brasileiros nessa empresa era preocupante. É interessante notar que os funcionários residiam na área urbana do município de União da Vitória, na vizinha Porto União, bem como no Salto do Palmital, na Usina que fornecia a energia distribuída pela empresa.

Outra questão apresentada pelo Formulário da SSN diz respeito a presença de estrangeiros do Eixo, italianos, japoneses e alemães, em elevações de terreno. Essa questão também é interessante no que diz respeito ao município de União da Vitória, uma vez que o mesmo apresenta relevo acidentado. Segundo informações do Plano Diretor do Município de União da Vitória o relevo do município é marcado por “áreas de alta e baixa altitude graças a presença da Serra da Esperança, com espigões bem marcados que elevam a topografia a aproximadamente 1.200m do nível do mar e ao Rio Iguazu” (UNIÃO DA VITÓRIA, 2021, p. 24).

Uma amostra desse relevo pode ser observada na figura 01:

Figura 01: Visão panorâmica de União da Vitória na área central



Acervo: Zuleide Maria Matulle
Autoria: Não identificada.

Não foi possível até o momento identificar a autoria e a data exata de sua produção. Entretanto, acredita-se que ela foi produzida ao final da primeira metade do século XX. Essa fotografia apresenta uma visão panorâmica da sede do município de União da Vitória e do município vizinho, Porto União. Sugere-se que ela foi produzida do alto de um dos acidentes geográficos que compõe a região da sede, uma montanha que se encontra a 928 metros acima do nível do mar, localizado no município de União da Vitória, conhecida como Morro do Cristo. Nesse mesmo registro é possível observar, no segundo plano, outra montanha, que possui

943 metros, localizada no município de Porto União, conhecida como Morro da Cruz. Ao fundo, tem-se uma amostra do relevo acidentado da região¹¹.

Essa fotografia revela aos olhos do/a leitor/a um pouco da dinâmica do espaço geográfico em meados do século XX em União da Vitória. Ela contribui para a problematização e a compreensão de fenômenos sociais como é o caso da experiência repressiva em meados do século XX. Trata-se de um relevo que permitia, na lógica da suspeição, a visualização estratégica da sede do município, o monitoramento do rio Iguaçu, a movimentação das embarcações a vapor, etc. Portanto, na lógica da suspeição, imigrantes alemães e teuto-brasileiros poderiam operar nesses espaços contra a ordem política e a segurança nacional. Eram espaços que precisavam ser mapeados e vigiados pela polícia.

Além das elevações de terreno o Formulário da SSN também buscava mapear a presença de indústrias no município, destacando a nacionalidade dos sujeitos a elas envolvidas. Nos documentos da DOPS/PR, referente a União da Vitória, aparecem algumas indústrias que estavam sob vigilância da polícia por apresentarem envolvimento com alemães e teuto-brasileiros. É o caso, por exemplo, do Moinho Carlos Guth S.A. Trata-se de um moinho colonial criado em 1935, pelo alemão Christian Guth, que imigrou para o Brasil depois da Primeira Guerra Mundial. Esse moinho tinha capacidade de moagem que girava em torno de 500 quilos de matéria prima por dia. Mais tarde, Carl Viktor Ludwig Guth, seu filho, também de nacionalidade alemã, constituiu uma empresa individual chamando-a de Moinho Carlos Guth S.A., o qual atuou até por volta do início da década de 1990.

Outro empreendimento alvo de vigilância da polícia em União da Vitória foi a fábrica de Bebidas Antonio Missau. Essa fábrica era de propriedade de um imigrante italiano, chamado Antonio Missau. Trata-se de uma fábrica que estava localizada no município desde 1914. Portanto, podemos dizer que se tratava de uma indústria que na década de 1940 estava consolidada. Inclusive, essa fábrica de bebidas foi premiada várias vezes em exposições realizadas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (Arquivo Público do Paraná. DOPS, 1942f).

¹¹ A título de contexto também é possível observar que na fotografia, a esquerda, no canto superior, está registrada a ponte da E.F.S.P.R.G., sob o rio Iguaçu e, à direita, no canto inferior, a ponte denominada Interventor Manoel Ribas, a qual foi inaugurada no ano de 1944.

Além dos moinhos e da fábrica de bebidas havia em 1940 um depósito de cevada e lúpulo em União da Vitória, área central, próximo a ferrovia, da Companhia Cervejaria Antártica Paulista. Trata-se de uma empresa de vulto, que surgiu no início da última década do século XIX, em São Paulo, como sociedade anônima, tendo entre seus acionistas João Carlos Antonio Zerrenner, alemão, e Adam Ditrik Von Bülow, dinamarquês, proprietários da empresa Zerrenner, Bülow e Cia., exportadora e corretora de café. Foram esses sujeitos que importaram equipamentos da Alemanha para modernizar a produção de cerveja e os financiaram para empresa.

Esse depósito não funcionou durante muito tempo no município devido as condições do clima da região não serem favoráveis aos produtos nele armazenados. Entretanto, de acordo com um documento presente na pasta da D. R. de União da Vitória, enquanto esteve em funcionamento quem gerenciava esse depósito era Ewaldo Burmester. Ele, por ser de nacionalidade alemã, foi um sujeito que precisou solicitar “atestado de bons antecedentes políticos” para permanecer à frente da gerência do depósito (Arquivo Público do Paraná. DOPS, 1944a). Esse é mais um sujeito localizado em um espaço importante que foi vigiado.

Contudo, essas considerações sinalizam para o fato de que o município preenchia quase a totalidade das questões presentes no Formulário da SSN. Trata-se de um município com alemães e teuto-brasileiros em todos os espaços: nas colônias, na navegação, próximos a ferrovia, em usina de eletricidade, campo de aviação, em terrenos elevados, eram proprietários de estabelecimentos industriais, prestadores de serviços, sendo eles responsáveis por boa parte da economia do município. Muitos alemães e teuto-brasileiros, os “estrangeiros”, na acepção do governo, eram alguns dos representantes da elite econômica e política de União da Vitória.

CAPÍTULO 03

PARAÍSO SOCIAL, TERRITÓRIO ESTRATÉGICO: REPRESSÃO A ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS ENTRE UNIÃO DA VITÓRIA (PR) E A FRONTEIRA ARGENTINA

União da Vitória é uma cidade fronteiriça com Santa Catarina e ponto virtualmente estratégico, não só do sul do nosso Estado, como do próprio país, visto como é o principal centro social e econômico de vasta área de ligação territorial e de caminhos para a fronteira argentina, pelo posto do Barracão. Além disso, é nossa ligação policial como sede da Delegacia Regional que abrange toda a zona até Palmas e Clevelândia, celeiros e abastecedores de carne para todo o sul paranaense. União da Vitória, como acontece também com parte de Palmas, é município que se concentra grande número de estrangeiros, com especialidade alemã.

A epígrafe que abre este capítulo corresponde ao fragmento de um relatório encontrado entre os documentos da DOPS/PR. O relatório foi escrito por um sujeito chamado Tarciso Vicente de Castro, que era o delegado da Delegacia Regional de União da Vitória. Esse relatório foi escrito em 12 de janeiro de 1942, no contexto do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha. O relatório estava endereçado à Fausto Nascimento Bittencourt, a pessoa que ocupava a Chefia da Chefatura de Polícia\Departamento de Segurança Pública, localizada em Curitiba.

O documento destaca União da Vitória como um município importante no Sul do país, tanto que o Delegado o referencia como um município estratégico. Chama atenção o fato de o Delegado mencionar União da Vitória como principal centro social e econômico de vasta área de ligação territorial e de caminhos para o Sudoeste do Paraná e para a fronteira com a Argentina. Assim, essa epígrafe abre margem para problematizar e construir explicações possíveis do porque União da Vitória, localizada no Centro-Sul do Paraná, a região Sudoeste, bem como a fronteira com a Argentina configuravam como um problema para a polícia política do Paraná no contexto da Segunda Guerra Mundial.

3.1. União da Vitória: município estratégico na comunicação com o Sudoeste do Paraná

Começamos relembando que União da Vitória formava um entroncamento ferroviário. Pelo município, localizado no Centro-Sul do Paraná, circulavam pessoas das mais diversas procedências via E.F.S.P.R.G e ramal Porto União-Litoral. O fluxo de trens em União da Vitória, que seguia para o Sul, bem como para o litoral catarinense era grande, motivo pelo qual era o município considerado um “ponto virtualmente estratégico de comunicação” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1942d). Além disso, de União da Vitória a região Sudoeste do Paraná poderia ser acessada por estradas de rodagem, firmando ainda mais esse adjetivo dado pela polícia. Assim, a lógica da desconfiança, a necessidade de vigilância por parte da polícia em relação a União da Vitória e seus sujeitos se estendia também à região Sudoeste do Paraná, sobretudo, no que diz respeito a divisa com Santa Catarina.

É exemplo dessa desconfiança o fato de que em 24 de março de 1944, o Delegado de Polícia de Palmas enviou um documento a DOPS, em Curitiba, informando sobre José Turteltaub, de nacionalidade austríaca. A primeira questão mencionada no documento pela polícia de Palmas à DOPS foi a procedência de José. Segundo o documento José “vinha de União da Vitória”. Além disso, sua “viagem era realizada a pé, conforme informações prestadas pelo estrangeiro” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1944b). José era um sujeito alemão, um “súdito do Eixo”, que perambulava pelas estradas entre União da Vitória e Palmas.

Mais informações são apresentadas destacando que esse indivíduo “mantinha anteriormente à chegada a esta cidade, estreitas relações com o súdito alemão Francisco Deininger, empresário da Força e Luz local, elemento suspeito já fichado nessa Delegacia”, ou seja, um sujeito ligado ao fornecimento de eletricidade em Palmas e arredores. Segundo o documento o “estrangeiro em referência (...) declarava haver residido na capital de São Paulo e de nosso Estado”, isto é, Curitiba, “tendo trabalhado em diversas tinturarias, inclusive a ‘Química’, de propriedade de Afonso Prisco” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1944b).

A partir daí uma rede de investigação se instala a respeito desse sujeito que transitou a pé pelo Sudoeste do Paraná a partir de União da Vitória. Em 13 de abril

de 1944 a DOPS, em Curitiba, informava através de um documento que investigações haviam sido feitas em relação a José Turteltaub. Explica que o investigador, identificado como H. Petrelli, falou “pessoalmente com o proprietário da mencionada tinturaria, Afonso Prisco, o mesmo informou que não conhece o citado elemento e que não trabalha e nunca trabalhou em sua firma, porquanto, seu nome não consta no livro de registro de empregados” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1944c).

Diante da discordância de informações, em 24 de junho, foi enviado um documento da DOPS, em Curitiba, solicitando a D. R. de Palmas “providenciar para que José Turteltaub mude a residência dessa cidade para esta Capital” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1944d). É interessante destacar o fato de que a polícia política do Paraná estava ditando regras quanto a residência de José Turteltaub. Segundo a polícia o mesmo deveria deixar o Sudoeste do Paraná e se instalar na capital, Curitiba. Estava a DOPS interessada em manter a vigilância desse sujeito, considerado um “súdito do Eixo”, afastando-o dessa região entendida como estratégica e vulnerável tanto no que diz respeito a ordem política como a segurança nacional.

Em resposta, em 10 de julho, outro documento circulava entre a DOPS, em Curitiba, e a D. R. de Palmas, sobre José Turteltaub. Trata-se de um ofício da D. R. de Palmas destacando que José estava:

“sob reservada vigilância (...) possuindo o mesmo uma pequena tinturaria localizada nas proximidades dessa D. R., sendo a única existente nesta cidade e que vem atendendo a contento a população local, de cujo trabalho tira sua subsistência para viver, não sendo elemento que trate de atividades político-social” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1944e).

Percebe-se pela declaração da D. R. de Palmas que este sujeito, objeto de vigilância da polícia, estava desenvolvendo atividade econômica em Palmas de conhecimento da Delegacia. A mesma ainda menciona que José não era um elemento “nocivo”, que não desenvolvia atividades político-sociais. Em 25 de julho de 1944, a DOPS, em Curitiba, envia outro documento destacando que autorizava “a permanência de José Turteltaub, nessa cidade, devendo ficar sob permanente observação reservada” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1944f). Ao final das

investigações, ponderações e trocas de correspondências, de março a julho, José recebeu o aval da DOPS/PR para permanecer em Palmas, porém, sob vigilância¹².

A relação União da Vitória e Palmas aparece de forma significativa nos documentos de ambas as delegacias. Em 10 de abril de 1942, por exemplo, a D. R. de Palmas informava a DOPS, em Curitiba, que em outubro de 1941, havia sido preso e recolhido a cadeia pública o indivíduo João Kugel, de origem alemã. O sujeito havia sido preso porque não possuía documento que provasse sua identidade, sendo que o mesmo viajava a pé e tinha declarado ignorar ser necessário documentos para viajar” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1942n). Trata-se de mais um sujeito que viajava solitário pelas estradas de rodagem rumo ao Sudoeste do Paraná. Segundo investigação da polícia o mesmo dizia “ter vindo do município de Porto União, estado de Santa Catarina”, que faz fronteira com União da Vitória. Assim, suspeitando do referido indivíduo a D. R. de Palmas recolheu e enviou João Kugel a D. R. de União da Vitória (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1942n). Remeter o sujeito de Palmas a União da Vitória consistia em uma prática comum, haja vista o município fazer parte das 12 Superintendências Regionais de Polícia. Além disso, maiores investigações poderiam ser realizadas e deste município o envio do preso até Curitiba era facilitado pela E.F.S.P.R.G.

Outros sujeitos também foram enviados de Palmas e União da Vitória. Pode-se citar como exemplo o alemão Adolfo Keipor. Em 10 de abril de 1943 a D. R. de Palmas informava a DOPS, em Curitiba, sobre a prisão desse sujeito. Segundo os autos a prisão foi realizada pela autoridade de General Carneiro e remetido à D. R. de Palmas. Cabe ressaltar que General Carneiro, localidade próxima a União da Vitória, na época, era subordinado à D. R. de Palmas. O Delegado de Palmas por sua vez enviou Adolfo para a D. R. de União da Vitória (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1943c). Além disso, Adolfo Keipor foi escoltado para a União da Vitória com

¹² Várias vezes a DOPS atuou no sentido de transferir a residência de sujeitos. Em 11 de dezembro de 1942, por exemplo, a DOPS, em Curitiba, informava ao D. R. de Palmas que havia sido posto em liberdade o “súdito alemão” Francisco Deininger, que era proprietário da usina elétrica da cidade. Informava a autoridade de Palmas que não poderia mais, esse estrangeiro, continuar residindo no município. O mesmo havia sido notificado para transferir, no prazo de trinta dias, sua residência para Curitiba. Esse prazo havia sido lhe dado para que pudesse fazer a entrega da gerência da usina a um preposto nacional e de confiança do Sr. Prefeito Municipal de Palmas (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1943).

“mapa, livros e cantos em idioma alemão, apreendidos na residência do mesmo”, provas que na lógica da polícia o colocava como um partidário do ‘Eixo’.

Outro exemplo dessa relação União da Vitória e Palmas é o de Faustino Waldomiro (sobrenome ilegível). Isso porque em 28 de setembro de 1942, também na cidade de Palmas, foi lavrado um auto de infração contra o mesmo. Trata-se de um sujeito que era concessionário da Empresa Paranaense, com sede em União da Vitória. À Faustino Waldomiro foi colocada uma “multa de Cem mil réis” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1942g). O auto de infração foi lavrado por ter ele “vendido passagem e transportado em ônibus de sua propriedade, em 30 de julho”, de União da Vitória a Palmas, “um passageiro com o salvo-conduto sem estar devidamente visado por esta Delegacia”. O nome do passageiro não consta no documento, mas a existência de um salvo-conduto nessa contenda indica ser o dito passageiro de nacionalidade de algum dos países que formavam o Eixo na Guerra.

O que era um salvo-conduto? Era um documento expedido pela polícia, o qual autorizava o deslocamento dos sujeitos proveniente dos países do Eixo. Para conseguir o salvo-conduto era necessário que o interessado se deslocasse à delegacia municipal para preencher um formulário. No formulário deveria ser informado o local de destino, bem como os motivos para empreender tal deslocamento. Aquele/a que estava requerendo o salvo-conduto passava por uma investigação entre as informações presentes na delegacia. Os antecedentes políticos e criminais da pessoa eram minuciosamente verificados. Depois desse procedimento a polícia autorizava, ou não, a expedição do salvo-conduto.

Segundo considerações levantadas por Elizabeth Cancelli (1994) o documento era fornecido às pessoas que a DOPS julgasse identificadas e isentas de qualquer suspeita. O salvo-conduto, autorizando determinado sujeito a viajar de uma localidade a outra, poderia ser expedido de forma “permanente, temporário, em caso de ser o postulante em condições de obter trânsito livre, ou então, negado, caso houvesse restrições”, ou seja, caso a polícia achasse prudente vetar a circulação do sujeito em nome da ordem e da segurança nacional (Cancelli, 1994, p. 138).

Vejamos nas figuras 02 e 03 um exemplo desse documento que consta entre as fontes da pasta de D. R. de Palmas. Na primeira figura vê-se, na parte da frente, um salvo-conduto expedido pela Delegacia de Polícia de Campos Novos,

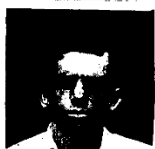
Santa Catarina, autorizando o alemão Hans Surminski, de 23 anos de idade, solteiro, a viajar de Piratuba a União da Vitória, utilizando-se da ferrovia.

Figura 02: Salvo-conduto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA ESPECIAL DE POLICIA DE CAMPOS NOVOS

100

Salvo-Conduto Especial No. 13 Para Estrangeiro



O 1º Tenente Mauricio Spalding de Souza,
Delegado Especial de Policia do Municipio
de Campos Novos, Estado de Santa Catarina,
na forma da lei, etc.



DE Salvo-Conduto ao Sr. Hans Surminski
portador do registro de estrangeiros
Campos Novos (União da Vitória), que provou ter 23 anos de idade, de nacionalidade
Alemã, Estado civil solteiro, de cor branco,
profissão marceneiro, filho de Francisco Surminski e D. Augusta
Surminski, residente em Piratuba e se destina a
União da Vitória, viajando em via ferrea

Válido por 30 dias.

Campos Novos, 05 de Setembro de 1944

Mauricio Spalding de Souza
1º Tenente Delegado



Polgar direito

N. B. -- O portador deverá, em todos os lugares que permanecer por mais de 24 horas, apresentar-se à autoridade competente para visar o presente documento.

Observações:

Fonte: Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1944g.

Figura 03: Salvo-conduto verso

O presente Salvo-Conduto,
foi revalidado nesta data para
regressar a Rio do Peixe.-

Delegacia Regional de Policia
VISTO
União de Vitória, 3 de Abril de 1944.
O Delegado Regional
[Assinatura]

O referido salvo-conduto foi expedido em 1944 e tinha validade de 30 dias. É interessante notar que o documento trazia uma foto 3X4 do requerente, sua digital, bem como selo, carimbo da delegacia que o expediu e assinatura do delegado responsável (Arquivo Público do Paraná DOPS, 1944g). Trata-se de um conjunto significativo de informações sobre o sujeito em deslocamento pelo território.

Além dessas informações de identificação consta no documento que o “portador deverá, em todos os lugares que permanecer por mais de 24 horas, apresentar-se à autoridade competente para visar o presente documento” (Arquivo Público do Paraná DOPS, 1944g). Isso quer dizer que a delegacia do município de destino do sujeito, ou de permanência por mais de 24 horas, deveria ter ciência da sua presença. A delegacia em questão tinha o encargo de “visar” o salvo-conduto, ou seja, carimbar e assinar o documento, como consta na figura 03, referente ao verso do salvo-conduto. Por ele é possível verificar que o Delegado de União da Vitória “visou” o salvo conduto do alemão Hans em 3 de abril de 1944, ou seja, tomou conhecimento de sua presença no município (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1944g).

Contudo, é nesse contexto que Faustino Waldomiro, ligado a uma empresa de transporte, entre União da Vitória e Palmas, foi autuado com uma multa. Em um de seus veículos de transporte de passageiros esteve um sujeito alemão, em 1942, cujo salvo-conduto não estava devidamente “visado” pela delegacia, ou seja, está se falando de um viajante em desacordo com a legislação estabelecida. Todas essas questões demonstram que o salvo-conduto, o que ele representava, era uma engrenagem importante da repressão do Estado durante a Segunda Guerra Mundial. Por meio desse documento se procurava estabelecer vigilância em relação aos sujeitos do Eixo em deslocamento pelo território nacional.

Salvo-conduto irregular também foi motivo para a prisão de Arthur Bohn, de nacionalidade alemã. Segundo informações da polícia ele era viajante do Instituto de Belas Artes de São Paulo. Em 1943 ele se encontrava em União da Vitória, portando salvo-conduto expedido pela D. R. de São Paulo, o qual autorizando-o a viajar por 30 dias pelo interior daquele estado (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1943g). Isso quer dizer que legalmente esse sujeito portava licença para viajar pelo estado de São Paulo. Mas, estava ele em União da Vitória e pretendia seguir para Clevelândia, no Sudoeste do Paraná, sem portar o documento correspondente. Diante disso, a D.

R. de União da Vitória solicitou instruções a DOPS, em Curitiba. Por meio de telegrama o Delegado perguntava se deveria fornecer salvo-conduto para Bohn seguir até Clevelândia, ou para que retornasse à São Paulo. Em resposta a DOPS informava a D. R. de União da Vitória para fornecer salvo-conduto para a capital do Paraná, onde o referido sujeito deveria se apresentar a DOPS para esclarecer suas intenções (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1943h).

Diante de tudo isso, algumas questões podem ser destacadas. A primeira é que ser de origem alemã, ou do Eixo como um todo, e viajar de União da Vitória para o Sudoeste do Paraná era uma questão de segurança nacional. A segunda é que toda uma geografia dos deslocamentos dos sujeitos vai sendo exposta a partir da leitura dos documentos dessa polícia política. Por meio deles se observa o trânsito intenso de sujeitos pela região Sul e Sudoeste paranaense na década de 1940. Esse trânsito era realizado via ferrovia, empresas de transporte de passageiros e mesmo a pé pelas estradas de rodagem. União da Vitória, Palmas, Clevelândia, são municípios interioranos, porém, de significativa circulação de pessoas. A terceira é que a partir desses documentos vai se revelando uma geografia da repressão, ou seja, os espaços reprimidos e as estratégias utilizadas pela polícia para tal nesse território. A narrativa presente nesses documentos reforça o que se denomina de lógica da suspeição.

3.2. Sudoeste do Paraná e questões de fronteira: o caso do Território Federal do Iguçu

Outra questão presente na documentação da polícia política do Estado Novo em relação ao Sudoeste do Paraná é a criação do chamado Território Federal do Iguçu. A leitura e a problematização dos documentos presentes nas pastas das delegacias de Palmas e Clevelândia revelam que a criação desse Território foi um ponto de tensão. Assim, dissecar os contornos de sua criação, do ponto de vista da repressão, é importante no exercício de compreensão sobre o significado da região Sudoeste do Paraná no contexto da repressão durante a Guerra. Observemos essa questão um pouco mais de perto nas páginas que seguem.

Começamos destacando que a criação dos territórios federais no Brasil está relacionada com a ideia de controlar, desenvolver e proteger o território através do povoamento do interior. Está se falando do projeto da “Marcha para o Oeste”, lançado em 1938, no contexto do Estado Novo. A Marcha foi lançada pelo próprio Getúlio Vargas, o qual destacou, em um discurso, no início de 1938, que "o verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para o Oeste" (Vargas, 1938, p. 124).

O presidente destacava a necessidade de ocupar e tornar produtiva as regiões interioranas do país. Isso porque até a década de 1940 o Brasil Central vivia em condição de relativo isolamento, em parte, denunciado pela Coluna Prestes (1925-1927), configurando uma situação desafiadora para um governo nacionalista, centralizado e intervencionista como se projetava o Estado Novo. Assim, a Marcha para o Oeste lançava a ideia de que o governo seria o grande realizador da nacionalização, da integração, projeto idealizado a partir da Revolução de 1930.

Além da questão da brasilidade e do desenvolvimento econômico nas décadas de 1930 e 1940 é preciso destacar que a deflagração da Guerra, em 1939, bem como a entrada do Brasil no conflito, em 1942, colocou em pauta questões ligadas a segurança e a integridade do Brasil. As porções pouco habitadas e desenvolvidas do território nacional, como as regiões de fronteira internacional, passaram, cada vez mais, a agravar as preocupações quanto ao controle sobre essas regiões. Tratava-se de regiões distantes e desconectadas do poder estatal. Com a Guerra a segurança nacional recebeu nova atenção, influenciando a elaboração das políticas territoriais brasileiras nesse contexto sob a ótica militar. Assim, a Marcha para o Oeste era uma prática de expansão econômica, nacionalista e também de defesa da integridade nacional.

Nesse contexto foram criados alguns territórios federais pelo Decreto-Lei nº. 5.812, de 13 de setembro de 1943, cuja administração era feita diretamente pelo governo federal. Trata-se de: a) Território Federal do Amapá, formando a partir do desmembramento de uma parte do território do Pará, hoje correspondente ao estado do Amapá; b) Território Federal de Rio Branco, criado a partir de desmembrado de terras do Amazonas, posteriormente, ganhando a denominação de Roraima; c) Território Federal de Guaporé, formando com terras desmembradas do Mato Grosso e do Amazonas, atualmente correspondendo ao estado de Rondônia; d) Território Federal de Ponta Porã, formado com terras desmembradas do sul do estado do

Mato Grosso; e) Território Federal do Iguçu, localizado na porção Oeste e Sudoeste do Paraná e também no oeste do estado de Santa Catarina.

Segundo considerações apresentadas por José Carlos Radin e Gentil Corazza (2018), extraídas do Dicionário histórico-social do oeste catarinense, o Território Federal do Iguçu, criado em 1943, existiu durante aproximadamente mil dias. O Território foi extinto em 18 de setembro de 1946, quando entrou em vigência no Brasil uma nova Constituição. O Território Federal do Iguçu “abrangia uma área de 65,854 mil Km²”, sendo 51.452 km² oriundos do estado do Paraná, e 14.402 km² provenientes do estado de Santa Catarina. A área do Território Federal do Iguçu pode ser observada na figura a seguir, a qual corresponde a parte de uma coletânea de mapas históricos do Paraná, com data de 1944:

Figura 04: Mapa do Território Federal do Iguçu.



Fonte: Coletânea de Mapas Históricos do Paraná¹³.

Como observado o Território Federal do Iguçu abrangia uma parte considerável do território do Estado do Paraná. Além disso, nesse Território havia uma população considerável. Segundo o Recenseamento Geral de 1940, havia

¹³ Esse mapa está disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>.

96.854 habitantes. Destes, 90,34% residiam na área rural, 6,71% em áreas consideradas urbana à época. Ainda, 2,95% residentes em áreas suburbanas (Recenseamento Geral do Brasil, 1940).

Sem dúvida, o Território Federal do Iguaçu, mesmo com duração efêmera, impactou a política e também a história do Paraná. É possível localizar tensões na criação desse Território. Na historiografia é possível observar discursos favoráveis e desfavoráveis à sua criação. Priori, Pomari, Amâncio e Ipólito (2012), por exemplo, explicam que as primeiras repercussões favoráveis sobre a criação do Território destacavam que o mesmo “tinha como objetivo estimular o desenvolvimento social e econômico não apenas em âmbito regional, mas em nível nacional”. Sobre isso o jornal O Dia, editado em Curitiba, publicou em 15 de setembro de 1943, por exemplo, que a criação do Território era uma “medida de estimável alcance, modularmente vinculada aos interesses da segurança do país e ao mesmo tempo, aos imperativos do próprio desenvolvimento social e econômico da nação” (O Dia, 1943, apud. Priori, Pomari, Amâncio, Ipólito, 2012, p. 69).

Pela DOPS também circularam informações sobre a criação desse Território. Em 1942, por exemplo, a DOPS, em Curitiba, solicitou investigações sobre os ânimos da população em relação a sua criação. Em resposta, em 22 de outubro do mesmo ano, um ofício confidencial era enviado para Curitiba pela D. R. de Palmas. A autoridade policial de Palmas informava que “nenhum descontentamento se observava, apenas a vontade da maioria de também fazer parte daquele Território” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1942h). O Delegado destacava, ainda, que seguiu para Clevelândia e Pato Branco, onde discretamente, auscultou de perto, “desde o mais humilde ao mais destacado morador, tendo constatado que reina ali geral contentamento em torno da criação do Território” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1942h). Em novembro de 1943 outro documento informava a DOPS, em Curitiba, sobre diligências realizadas nas localidades de Mangueirinha e Chopim quanto a criação do Território. Segundo o documento o Delegado comunicava que “reinava grande e geral contentamento em torno da criação e instalação futura do Território”. Outro documento, também de 1943, destacava que “não existe nenhuma alteração da ordem pública naquela zona” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1943f). Isso demonstra, entre outras questões, que os contornos da criação do Território Federal do Iguaçu eram acompanhados *in loco* pela polícia política.

Apesar da tranquilidade apresentada nesses discursos da polícia houveram manifestações contra a criação do Território Federal do Iguaçu, sobretudo, vindas de intelectuais e autoridades paranaenses. Em Priori, Pomari, Amâncio, Ipólito (2012, p. 69) observa-se que representantes desse setor ficaram perplexos “com o que denominaram de descaso com o povo paranaense, já que a fundação do Território não contou com nenhum tipo de consulta pública entre os paranaenses”. Nesse contexto o historiador Davi Carneiro, um desses intelectuais paranaenses à época, elencou “críticas ácidas à administração do Território Federal do Iguaçu, destacando a conivência com a corrupção” (Priori, Pomari, Amâncio, Ipólito, 2012, p. 69).

Nesse mesmo sentido Bento Munhoz da Rocha Netto, político paranaense, que seria futuramente governador do Paraná, em uma sessão da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade do Paraná, realizada no ano de 1943, “criticou a falta de explicações e a ausência de motivos convincentes sobre a fundação do Território do Iguaçu” (Bahls, 2007, apud. Priori, Pomari, Amâncio, Ipólito, 2012, p. 70). Aliás, quando eleito deputado constituinte, ele teve participação na defesa da extinção do Território Federal do Iguaçu, ocorrida em 1946.

Pelas delegacias do Sudoeste do Paraná também circularam informações que mostravam descontentamento em relação a criação do Território, como pode ser observado na figura 05:

Figura 05: Boletim desfavorável a criação do Território Federal do Iguaçu.

A criação do Territorio do Iguassú é uma negociata destinada a dar aos grileiros do Estado Novo riquíssimas concessões sobre as terras e as reservas florestais da maior parte das zonas ora federalizadas, a pretexto de defesa das fronteiras.

Nos nós, paranaenses, juramos, pela memória dos nossos Pais, que havemos de vingar esse roubo e reconquistar o nosso chão.

Só é contra o Paraná quem é inimigo do Brasil.

(Leia, copie e passe adiante).

PT468.53

Fonte: Pasta Delegacia de Polícia de Clevelândia. Arquivo Público do Paraná. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba.

A imagem diz respeito a um “boletim clandestino” interceptado pela autoridade policial de Clevelândia, em 1942 (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1942j). o boletim destacava que:

“A criação do Território do Iguaçu é uma negociata destinada a dar aos grileiros do Estado Novo riquíssimas concessões sobre as terras ora federalizadas, a pretexto de defesa das fronteiras. Mas nós, paranaenses, juramos, pela memória do nossos pais, que havemos de vingar esse roubo e reconquistar o nosso chão. Só é contra o Paraná quem é inimigo do Brasil” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1943m).

Nesse ponto algumas questões podem ser aprofundadas. A primeira questão é que segundo informações da polícia esse boletim estava dentro de um envelope, sem qualquer inscrição que identificasse a autoria ou local de origem. Entretanto, segundo o entendimento da polícia, teriam como ponto de partida a capital, Curitiba. Além disso, o envelope continha três vias. Note que ao final do texto o boletim trazia a inscrição: “Leia, copie e passe adiante”, evidenciando o interesse pela ampla circulação desse conteúdo contrário a criação do Território Federal do Iguaçu (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1943m).

Partindo de todas essas informações pode-se conjecturar que esses “boletins clandestinos” que circularam no Sudoeste do Paraná, ou pelo menos em Clevelândia, foram de autoria desses sujeitos, intelectuais (ou não) descontentes com a criação do Território e colocando-o em xeque. Entretanto, esses boletins foram entendidos pela polícia política como obra “de elementos 5^a. colonistas e perigosos”, sujeitos que vem “propagar ideias extremistas e perturbar a ação altamente patriótica do nosso Chefe” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1943g).

Portanto, o debate em torno da criação do Território Federal do Iguaçu perpassa a tensão do governo brasileiro com os alemães, entendidos como quintas-colunas, elementos perigosos a ordem política e a segurança do país. O que era a quinta-coluna? Trata-se de uma expressão utilizada no sentido de se referir aqueles que agiam secretamente infiltrados num país em guerra, ou então, em vias de entrar em guerra. São entendidos como aqueles que supostamente se dedicavam a subverter a ordem política e a segurança nacional em prol de um levante contra o Brasil, no caso um levante nazista no Brasil. É uma expressão associada à traição, conspiração, espionagem, etc. Isso quer dizer que a polícia política atrelou a autoria

desses boletins clandestinos diretamente aos alemães, etnicamente inassimiláveis, perigosos e prontos para efetuar todo o tipo de intervenção no Estado¹⁴.

Outra questão que pode ser observada no boletim clandestino é o caráter de negociata dado a criação do Território Federal do Iguçu. Nessa perspectiva tratava-se do favorecimento econômico e político de grupos ou sujeitos. Não é o propósito aqui tecer nenhum tipo de afirmação quanto a essa questão. Mas, não se pode negar que houve uma valorização das terras localizadas no Território e a criação de um “mercado de terras” no Sudoeste do Paraná. Essa questão, inclusive, foi citada pela própria autoridade policial da D. R. de Palmas. Ele escrevia a DOPS, em Curitiba, em 1942, portanto, antes da criação do Território, que as “terras e propriedades estão tendo grande e rápida valorização”, havendo ainda “procura para a compra das mesmas, com boas ofertas, o que apesar disso, não se fazem negociações” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1942j). Assim, percebe-se que o referido boletim faz uma crítica bastante pontual que ecoou em outros documentos.

Contudo, a criação do Território Federal do Iguçu pode ser concebida nesta pesquisa como uma estratégia nacionalizadora, de desenvolvimento econômico, uma vez que expandia a fronteira agrícola do Paraná em meados do século XX. É digno de nota também que a sua criação favoreceu econômica e politicamente grupos, sujeitos, localizados (ou não) no Sudoeste do Paraná. Ademais, a criação do Território foi uma prática ligada à segurança nacional. Nesses termos era necessário romper com o isolamento e controlar o perigo que o estrangeiro significava para a soberania nacional.

3.3. Sudoeste do Paraná e a fronteira argentina na Segunda Guerra Mundial

Além dos alemães e teuto-brasileiros presente e em circulação em União da Vitória e no Sudoeste do Paraná a Argentina também era vista com ressalva pelo

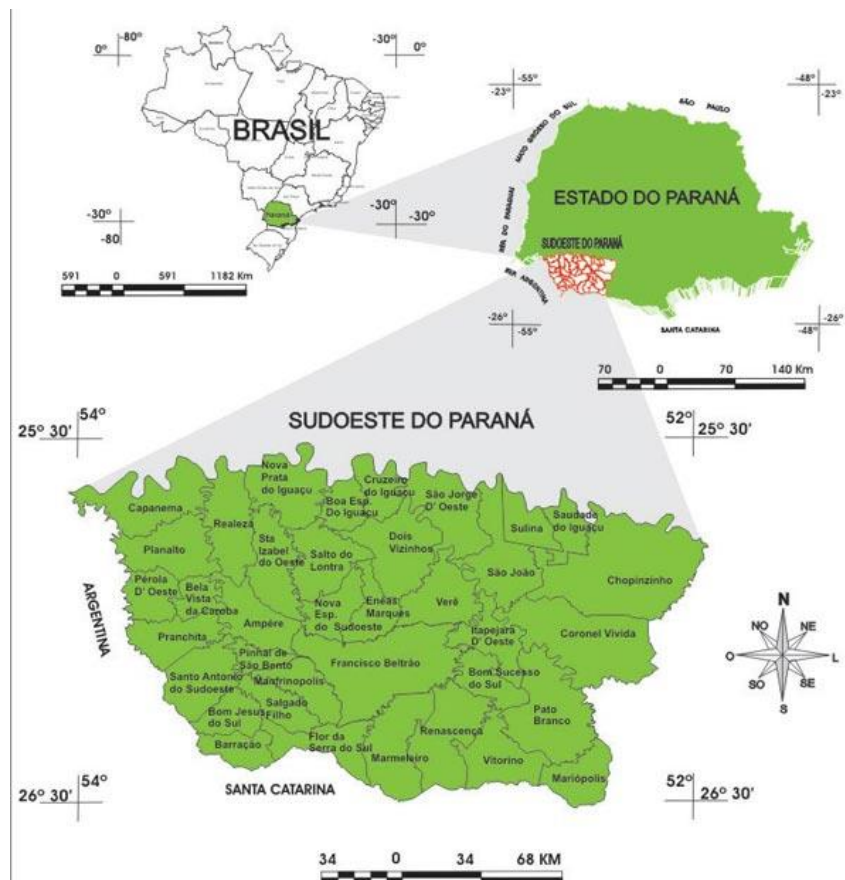
¹⁴ A origem dessa expressão remonta a Guerra Civil Espanhola, ocorrida de 1936 a 1939. Trata-se de um conflito armado deflagrado depois do fracassado golpe de estado realizado por um setor do exército contra o governo da Segunda República Espanhola, terminando com a vitória dos militares e a instauração de um regime autoritário com algumas características fascistas liderado por Francisco Franco. Nesse contexto o termo foi utilizado para designar os apoiadores das colunas que marchavam contra o governo da Frente Popular Republicana.

governo brasileiro. A fronteira com a Argentina é uma questão que aparece de forma significativa nos documentos da D. R. de União da Vitória, D. R. de Palmas e na D. R. de Clevelândia, ou seja, nesses municípios localizados no Sudoeste do Paraná e na divisa com Santa Catarina, municípios que correspondem as fontes documentais selecionadas para esta pesquisa.

3.3.1. Sobre o conceito a e a geografia da fronteira: Paraná – Argentina

Começemos observando a geografia dessa fronteira. Segundo dados da Biblioteca Digital da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) essa fronteira tem a extensão de 1.261,3 km. Os estados que fazem fronteira com a Argentina são Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Santa Catarina possui 250km de fronteira com a Argentina, Rio Grande do Sul 715 km e o Paraná 296 km. Essa fronteira pode ser observada na figura 06:

Figura 06: Mapa da região Sudoeste do Paraná.



Fonte: Base Cartográfica – IBGE. Mondardo (2000).

Esse mapa foi organizado a partir da base de dados do IBGE, do ano de 2000, por Marcos Leandro Mondardo. No mapa é possível observar que no Paraná a fronteira abarca os atuais municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Capanema, Planalto, Pérola D'Oeste, Pranchita, Santo Antônio do Sudoeste, Bom Jesus do Sul e Barracão. No que diz respeito a região Sudoeste do Paraná, recorte desta pesquisa, a fronteira com a Argentina corresponde aos municípios de Pranchita, Santo Antônio do Sudoeste, Bom Jesus do Sul e também Barracão, na divisa com Santa Catarina (Mondardo, 2000).

Esses municípios acomodam uma “faixa de fronteira” significativa. Essa ideia de faixa de fronteira pode ser localizada no Brasil com a Lei nº. 601, de 1850, conhecida como Lei de Terras. O termo “faixa de fronteira” foi criado nesse contexto e passou a ser “definido como área geográfica, com regime jurídico particular”, correspondendo a extensão de 10 léguas. Assim, a partir de 1850, essa faixa de fronteira poderia ser concedida gratuitamente, mas a “propriedade da terra na faixa da fronteira estava sujeita a condições diferenciadas das demais partes do território” (Coleção de Leis do Brasil, 1850, p. 307). No século XX, a Constituição de 1934, no artigo nº. 166, por exemplo, ampliou a extensão da faixa de fronteira para 100 Km (Brasil, 1934). Na Constituição de 1937, no artigo nº. 165, o Estado Novo expandiu mais essa faixa de fronteira, de “100 para 150 Km”, evidenciando a relevância dos territórios de fronteira e as tensões advindas delas para o governo (Brasil, 1937).

Cabe ressaltar, ainda, que se aborda essa tensão de fronteira a partir de um recorte teórico-conceitual. Quando falamos em fronteira estamos evocando um conceito amplo, complexo e em constante movimento. Nesse exercício julga-se importante falar de fronteiras a partir do Estado moderno europeu. Norberto Bobbio (1998), em Dicionário de Política, explica que o Estado moderno europeu aparece “como uma forma de organização de poder historicamente determinada”. Está se falando, grosso modo e reconhecendo as controvérsias, que o Estado moderno nasce da dissolução da chamada “comunidade primitiva”, fundada em laços de parentesco, para a formação de comunidades mais amplas, com uma nova forma de sociedade que teve origem por volta do século XVI (Bobbio, 1998, p. 425).

Vale salientar ao/a leitor/a que o Estado moderno é caracterizado pelo monopólio da violência física, entendida como legítima, e também pela presença simultânea de requisitos mínimos territoriais, humanos e políticos. Assim, foi com a

formação do Estado moderno europeu que a noção de fronteira passou a ser associada a limite territorial de uma nação e de sua soberania, como um instrumento de organização política do espaço terrestre. Trata-se de uma perspectiva mais tradicional de fronteira, isto é, ligada a dimensão jurídico-administrativa, de áreas geográficas delimitadas e sob domínio do Estado.

Entretanto, é preciso especificar que mais recentemente o conceito de fronteira também se relaciona com princípios de reconhecimento, de percepção de alteridade, de identidade; se relaciona com as conexões cotidianas de convivência e, ainda, como zonas de interpenetração, distanciando-se de uma perspectiva, como apontada, mais tradicional. Trata-se da perspectiva de que pessoas vivem em áreas limites com modos de vida, hábitos, economias divergentes e estão cotidianamente em contato umas com as outras. Essa discussão pode ser vista em Sandra Jatay Pesavento (2006), quando discute as fronteiras culturais em um mundo planetário. A autora explica que “trabalhar com fronteiras implica estabelecer um jogo permanente de interpenetração e conexões variadas” (Pesavento, 2006, p. 10).

Contudo, entende-se, aqui, que essas duas perspectivas de fronteira se relacionam e ambas servem para pensar as tensões de fronteira do Brasil com a Argentina, sobretudo, no que diz respeito ao Paraná. Isso porque evidencia-se a dimensão geopolítica, alocada em termos político-administrativos, que trabalha com jogos de poder, negociações, ou seja, a ótica da política estado-novista, a segurança e a soberania nacional, bem como as dinâmicas de convivência na fronteira, sobretudo, no que diz respeito a tempos de tensão como foi o período da Guerra.

3.3.2. A relação argentino-brasileira: a Questão de Palmas

É oportuno ressaltar que as relações entre Brasil e Argentina são historicamente marcadas por aproximações, recuos, tensões, conflitos. Está se falando de duas nações importantes localizadas na América do Sul, uma de tradição portuguesa e outra espanhola. Observemos, então, a historicidade dessas relações no exercício de compreender a região de fronteira do Brasil com a Argentina como historicamente de conflitos, alvo de preocupação aos governos do Brasil no tempo.

Em Brasil e Argentina em perspectiva histórica, Leonel Almeida Mello (2002) explica que no período colonial é possível localizar diversos conflitos luso-espanhóis. Em 1750, por exemplo, era assinado o Tratado de Madri, intermediado pelo brasileiro Alexandre de Gusmão, que na época era secretário do Conselho Ultramarino, com o objetivo de resolver questões territoriais¹⁵. De acordo com o Glossário de História Luso-Brasileira esse acordo visava reconhecer oficialmente as fronteiras marítimas e terrestres entre Portugal e Espanha, definindo os limites do poderio de portugueses e espanhóis sobre as colônias na América.

Nesse processo o Tratado de Madri “transferiu aos portugueses o domínio de um vasto território americano que, nos termos do acordo de Tordesilhas, constituía de direito possessão da Coroa espanhola” (Mello, 2002, p. 134). A Espanha, por sua vez, garantiu territórios que lhe interessava. Nesse acordo a Espanha “reconheceu a Portugal a posse da Bacia Amazônica em troca do controle da Bacia do Prata”. Portugal abriu mão da “Colônia do Sacramento da margem esquerda do Rio da Prata”, entregando-a aos espanhóis, mas, em troca, como compensação, ficaram com Sete Povos das Missões” (Mello, 2002, p. 134).

Esse acordo, porém, não significou a acomodação das fronteiras e o fim de conflitos. Portugal teve que administrar tensões nos Sete Povos das Missões. O território não pode ser ocupado efetivamente pelos portugueses tendo em vista que missionários jesuítas espanhóis e indígenas guaranis, que deveriam deixar o território, em direção à região de Sacramento, se recusaram a sair, dando início a chamada Guerra Guaranítica ou guerras guaraníticas (1754-1756). Diante da crise o Tratado de Madri foi anulado, em 1761, com a assinatura do Tratado de El Pardo. A Espanha, para se precaver de atividades expansionistas luso-brasileira, criou em 1763, o Vice-Reinado do Rio da Prata, englobando a Argentina, a Banda Oriental (futuro Uruguai), o Paraguai e o Alto Peru (futura Bolívia), com capital em Buenos Aires (Mello, 2002, p. 134).

Uma nova tentativa de resolver as disputas territoriais entre Portugal e Espanha ocorreu em 1777. Trata-se do Tratado de Santo Ildefonso. Karina da Silva e Melo (2018), em: A execução do tratado de Santo Ildefonso e as atuações

¹⁵ O Glossário de História Luso-Brasileira é um disponibilizado no site do Arquivo Nacional. Trata-se de verbetes construídos a partir da leitura de documentos dos séculos XVI às primeiras décadas do XIX, disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/glossario/>

indígenas na fronteira platina, explica que de acordo com as disposições do Tratado a “Colônia do Sacramento e as terras a leste do rio Uruguai caberiam à Espanha, incluindo o território das missões orientais. Portugal seria soberano da região do Rio Grande e adjacências (...)”. Além de “faixas de terras nos limites fronteiriços que seriam demarcados, o tratado previu alguns ajustes nas divisas do Amazonas e de Mato Grosso” (Silva e Melo, 2018, p. 119).

Essas considerações indicam a existência de uma zona de encontro e de tensão entre os sistemas português e espanhol. Durante todo o período colonial houveram tentativas de resolver as questões territoriais que na prática não funcionaram. Pode-se falar, portanto, de uma região historicamente marcada por conflitos geopolíticos e do estabelecimento de intrincadas relações externas.

Nesse contexto é interessante destacar que a Argentina esteve envolvida em diversas questões territoriais com outras nações. Uma vez independente, em 1818, a Argentina colocava em prática uma política de anexação de territórios. Em 1820, por exemplo, a Argentina começou a reivindicar a soberania da chamada Ilha Grande Malvina (ou Malvina Ocidental), que faz parte do arquipélago das Ilhas Malvinas, que era de posse da Grã-Bretanha. Argentina e Bolívia, nas décadas de 1860 e 1870, também tiveram questões de limites territoriais. Ademais, Argentina também disputou com a Bolívia a região de Tarija, atual território boliviano.

Isso quer dizer que a Argentina apresenta um histórico bastante recheado de conflitos territoriais. Nesse contexto Brasil e Argentina protagonizaram o que foi denominado de Questão de Palmas. Trata-se de uma disputa territorial ocorrida entre Brasil e Argentina no final do século XIX. A Questão de Palmas, *Question de Misiones* para a Argentina, foi uma das várias questões de delimitação territorial internacional enfrentadas pelo Brasil¹⁶. Nessa contenda estava em disputa um território equivalente a “30.621 km² envolvendo, do lado brasileiro, a região Oeste dos estados de Santa Catarina e do Paraná, e do lado argentino” o Território Nacional de Misiones (Radin; Corazza 2018, p. 135).

¹⁶ Entre as experiências de delimitação de território do Brasil estão a) a delimitação com a Guiana Francesa, conhecida como Questão do Amapá; b) a delimitação com a Bolívia, denominada Questão do Acre; c) a Questão da Ilha Trindade, com a Inglaterra, na altura do Espírito Santo. Todas essas questões estão localizadas temporalmente no final do século XIX e início do XX. Mais informações em: *Tratados de Fixação de Limites Territoriais*, presente no Atlas Histórico do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/tratados-de-fixacao-de-limites-territoriais>

A disputa territorial do Brasil com a Argentina tem raízes históricas e pode ser localizada nos tratados acima mencionados, sobretudo, no Tratado de Santo Ildefonso. Isso porque, em 1777, esse Tratado definia os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio como os limites territoriais entre o Brasil e Argentina. O Peperi-Guaçu é um rio afluente do Rio Uruguai, que banha o estado de Santa Catarina, de Norte a Sul, do município de Dionísio Cerqueira, na divisa com o Paraná, até o rio Uruguai, no município de Itapiranga. Já o rio Santo Antônio nasce no município de Santo Antônio, localizado no Sudoeste do Paraná, passando por Pranchita, Pérola do Oeste, Planalto e Capanema, desaguando no Rio Iguaçu.

Entretanto, cabe ressaltar ao/a leitor/a que os limites territoriais entre essas duas nações nunca foram efetivamente respeitados pelas respectivas nações, abrindo margem para diferentes interpretações. Foi o que ocorreu a partir de 1881, quando a Argentina passou a fazer uma leitura do Tratado de Santo Ildefonso que lhe favorecia. A Argentina passou a manifestar que o “rio Peperi-Guaçu, do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, era o atual rio Chapecó”, afluente do rio Uruguai. Também entendia que o rio “Santo Antônio, nomeado no mesmo Tratado, era o rio Chopim, afluente do rio Iguaçu”, também localizado territorialmente à Leste (Radin; Corazza, 2018, p. 135). A geografia dessa reivindicação pode ser vista na figura 07:

Figura 07: Mapa do território contestado pela Argentina



Fonte: Ferrari, 2010 apud Martinello, André Souza. In: Boletim Gaúcho de Geografia, Vol. 47 nº 1, 2020.

Na sequência, em 1888, a Argentina passou também a “reivindicar o rio Jangada, afluente do Iguaçu, como sendo o rio Santo Antônio, do Tratado de Santo Ildefonso”, como também pode ser observado no mapa (Radin; Corazza, 2018, p. 135). Nota-se que com essas interpretações a Argentina pretendia avançar de forma significativa no território brasileiro. Assim, no final do século XIX estava instalado um litígio judicial internacional entre Brasil e a vizinha Argentina. A resolução, medição e demarcação dos limites territoriais, colocando fim a Questão de Palmas, acabou por ser submetida a um árbitro estrangeiro. Trata-se do Presidente do Estados Unidos da América - EUA, Stephen Grover Cleveland. O mesmo, em 1894, deu ganho de causa ao Brasil. Nesse contexto ficou estabelecido como fronteiras entre Brasil e Argentina os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, respeitando o Tratado de Santo Ildefonso, visíveis no mapa acima exposto.

É importante ressaltar também que está se falando de uma região de fronteira marcada pela interpenetração. No território em litígio havia, historicamente, a presença de argentinos, paraguaios, os quais exploravam-no economicamente. Uma das principais atividades desenvolvidas nesse território era a extração de abundantes de ervas nativas. Cabe observar que em meados do século XVIII o governo imperial assinou um acordo de navegação com a Argentina e com o Paraguai. Esse acordo garantia o acesso à província do Mato Grosso com entrada pela foz do rio da Prata até o rio Paraná. O acordo também previa que a Argentina tinha o direito de navegar pelo rio da Prata, desde o Iguaçu até a distância das Sete Quedas. Isso abria margem para a presença estrangeiros no território. Ademais, esse acordo também tornava propícia à realização de atividades de exploração e de contrabando da erva-mate como de fato ocorreu (Colodel, 2008, apud Priori, Pomari, Amâncio, Ipólito, 2012, p. 80).

Todas essas considerações ajudam a compreender o que significava a região Sudoeste do Paraná para o governo brasileiro em meados do século XX. Pode-se dizer que todas essas questões projetam uma representação sobre a região de fronteira com a Argentina, como explica Roger Chartier (1991). Trata-se de um território de conflito, um território que demandava atenção, por se tratar de uma fronteira, bem como carregada de tensões históricas de ordem política. Defende-se que na década de 1940, no contexto do Estado Novo e da Guerra, essa representação não passou despercebida pelas autoridades políticas, policiais e

militares. Essas considerações, portanto, explicam, ao menos em parte, a vigilância empreendida pela polícia política na fronteira argentina, como veremos adiante.

3.3.3. A problemática da fronteira argentina no contexto do Estado Novo e da Guerra

Na documentação produzida pelo governo de Getúlio Vargas percebe-se uma preocupação significativa em relação as fronteiras. De acordo com a Constituição de 1934, dentro da faixa de fronteira, de 100 km de extensão, “nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação poderia ser feita sem a audiência prévia do Conselho Superior de Segurança Nacional (...)”. Esse Conselho era o órgão responsável por “garantir o predomínio de capitais e trabalhadores nacionais na faixa de fronteira, além de determinar as ligações interiores necessárias à defesa das zonas servidas pelas estradas de penetração” (Brasil, 1934). Em 1939, por sua vez, foi criada uma “comissão especial a ser nomeada e diretamente subordinada ao Presidente da República”. A comissão tinha por função revisar e acompanhar os movimentos de concessão e utilização das terras na faixa de fronteira, que já havia sido ampliada para 150 km (Pêgo, 2021, p. 20).

Essa preocupação com a faixa de fronteira com a Argentina aparece nos documentos da DOPS/PR, sobretudo, nas pastas da D. R. de Palmas e de Clevelândia. A faixa de fronteira com a Argentina precisava ser muito bem vigiada. Em 4 de março de 1943, por exemplo, Walfrido Piloto, chefe da DOPS/PR, envia de Curitiba um ofício circular, de número 550, endereçado a D. R de Clevelândia e de Palmas. No referido ofício consta que a DOPS/PR tinha conhecimento de “que súditos do ‘Eixo’, notadamente alemães e italianos, estavam se deslocando de pontos vários do Estado, com destino ao território estrangeiro”.

Diante disso, a DOPS/PR recomendava que:

“(…) deve ser organizado amplo e cuidadoso serviço de vigilância, com o auxílio de todas as pessoas de confiança, moradoras dessa região, afim de serem detidos todos os que procuram, por aí, alcançar a fronteira. Os elementos detidos deverão ser, desde logo, submetidos a rigoroso interrogatório, afim de esclarecerem os motivos da viagem e as ligações que por ventura tenham” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1943e).

Nota-se que o deslocamento de sujeitos na região Sudoeste do Paraná apontado pela DOPS/PR condiz com a realidade. Como foi apontado várias foram

as pessoas, notadamente, alemães e teuto-brasileiros, detidos, investigados, enviados para a capital por estarem se movimento na região Sudoeste do Paraná a partir do município de União da Vitória. Diante disso a DOPS/PR orientava que as delegacias regionais organizassem um amplo e rigoroso serviço de vigilância, tendo como objetivo deter todos aqueles que tentassem alcançar a fronteira com a Argentina; destacava que investigações fossem realizadas para esclarecer esses deslocamentos. Ademais, é importante notar que essa orientação foi feita, por ofício, em março de 1942, portanto, no imediato pós rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, o que ocorreu no mês de janeiro do mesmo ano.

A partir do discurso da polícia é possível se aprofundar na dinâmica dessa vigilância. Os documentos destacam a existência de espaços de suspeição. Exemplo disso é apontado pelo sub-delegado de Santo Antônio do Sudoeste, o qual enviou a DOPS, em Curitiba, uma série de correspondências em 1941 e 1942. Vejamos abaixo o teor de pelo menos duas dessas correspondências:

“Disse um argentino, que chegou de São Pedro (Misiones), que foi descoberto das proximidades da Colônia alemã da costa da Uruguai, um campo de Aviação de 500 metros quadrados e uma casa de material contendo armamento de guerra, o campo é no sertão, da colônia sobe por um rio até uma estrada de rodagem que liga o campo” (Arquivo Público do Paraná, 1941b).

“Fui informado que, do lado Argentino esteve um Tenente do Exército daquela República, e escolheu terreno para um campo de aviação no planalto fronteiro a barra” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1942l).

A primeira citação diz respeito a uma correspondência de outubro de 1941, antes do rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha. A segunda, foi enviada em março de 1942, já no contexto pós rompimento. Nas duas correspondências são mencionadas pelo sub-delegado a existência de um campo de aviação, no lado brasileiro da fronteira, e movimentação de oficiais argentinos para a criação de outro campo, no lado argentino da fronteira. Menciona-se, ainda, a existência de armamento de guerra, bem como colônias alemãs nesse território fronteiro. Trata-se de uma tríade de suspeição para a polícia política do Estado Novo, sobretudo, no contexto da Guerra.

Começamos destacando o quão essas questões eram pertinentes para a polícia. Os campos de aviação eram considerados pela polícia política como

espaços de suspeição, conforme foi problematizado anteriormente a partir do formulário da SSN. Pode-se notar também que a movimentação de oficiais argentinos próximos a fronteira, que tinha como objetivo a criação de um campo de aviação, configurava uma ameaça que precisava ser de conhecimento da DOPS/PR. Outra questão sensível para a polícia era a existência de um campo de aviação em uma colônia alemã, também um espaço de suspeição. Na lógica policial esses campos de aviação poderiam ser utilizados pelos quintas-colunas, com o intuito de subverter a ordem política e comprometer a segurança nacional.

A existência de armamento na faixa de fronteira também rendeu resenha por parte da polícia, pois significava atestado de atividades de subversão da ordem. O sub-delegado de Santo Antônio do Sudoeste, por exemplo, enviou a DOPS/PR, em Curitiba, correspondências que mencionavam a existência de materiais escondidos na região. Essa autoridade policial destacou em duas oportunidades que:

“Hoje fui informado por pessoa, que viu em uma Colônia Alemã de Pepyry-Guassu, a uns 40 km, Pepyry acima um galpão no mato sem caminho de acesso, contendo sete caixões de 1,60 mais ou menos de comprimento e muito pesados, que parece ser de armamento, isso já faz dois anos” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1941a).

“Cheguei ao local que se presume o aludido material, na linha Becher da Colônia Porto Feliz, e ahi pelo patrício que levei, foi mostrado o galpão onde ele Antônio Macedo vira os ditos caixões, porém, já não existem ahi, é de crer que esse material esteja escondido no mato ou em subterrâneo, observei que pode ser as margens do Pepyry-Guassu, havendo indícios de estar na Argentina, onde eles fizeram umas capoeiras, lugares esses que os alemães cuidam todos que ahi se aproximem, o que aconteceu conosco, ao retirarmos, um alemão percorreu todos os pequenos vestígios em todas as direções que andamos. Deixei um brasileiro de confiança para ver se descobre o esconderijo” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1942m).

A primeira referência é do mês de outubro de 1941. A segunda, por sua vez, é de março de 1942, portanto, antes e depois do rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha. A primeira narra uma denúncia que havia sido feita sobre a existência de armamento em um galpão, em um lugar ermo, em uma colônia alemã. A segunda referência destaca que houve uma diligência, alguns meses depois, levada a efeito pelo sub-delegado, para verificação da dita denúncia. Na oportunidade a autoridade pôde constatar e informar a DOPS/PR que de fato

havia ali alguma movimentação suspeita, tendo em vista que seus passos no local foram acompanhados por pessoa que o mesmo identificou como sendo alemão.

Outra questão importante é a ocupação/colonização do Sudoeste do Paraná. Historicamente a ocupação do Sudoeste do Paraná e da faixa de fronteira com a Argentina foi marcada por imigrantes e descendentes. Citemos como exemplo disso os municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Barracão. Santo Antônio era um distrito administrativo de Clevelândia, vizinho de *San Antonio*, localizado no Território Nacional de Misiones, na Argentina, sendo ambos separados pelo rio Santo Antônio.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Santo Antônio teve como primeiros ocupantes indígenas guaranis e caingangues, bem como sujeitos oriundos da República do Paraguai, ali chegados em 1902. Trata-se de sujeitos que começaram a explorar abundantes ervais nativos presentes da região, exportando-os para a Argentina (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023). Mais tarde, Santo Antônio também passou pela experiência da ocupação com imigrantes alemães, italianos e descendentes, pessoas vindas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, resultado de processos de migração para essa fronteira agrícola que se descortinava no Paraná¹⁷.

Barracão, na divisa com Dionísio Cerqueira (SC) e *Bernardo Irigoyen* na Argentina, separada apenas pelo Rio Peperi Guaçu, também foi ocupada com imigrantes alemães, italianos e descendentes na primeira metade do século XX. Ademais, na região havia remanescentes de população nativa e vizinhos argentinos, o que demonstra ser a região marcada pela diversidade cultural. Segundo dados do IBGE (2017) nessa região os sujeitos dedicaram-se a extração de madeira, de erva-mate e atividade de policultura, ou seja, a produção de cereais, fumo, cana-de-açúcar, etc. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017).

Essas informações mostram um pouco da dinâmica populacional no Sudoeste do Paraná e na fronteira com a Argentina, as diversas experiências, a existência nesse território de culturas distintas, como informou Pesavento (2006). Em relação a essa dinâmica de população, espaço, repressão, o sub-delegado de Santo Antônio, em suas correspondências a DOPS/PR, fornece mais alguns

¹⁷ Em 1951 foi criado o município de Santo Antônio, independente de Clevelândia, sendo o mesmo denominado de Santo Antônio do Sudoeste, em 1966. Informações encontradas em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/santo-antonio-do-sudoeste/historico>

elementos interessantes. Ele mencionava, em 1942, uma série estradas de rodagem, de cargueiro e picadas, bem como localidades argentinas e brasileiras/paranaenses no Sudoeste do Paraná. Vejamos:

“Fui informado por pessoa verdadeira que existem estradas de carro que partindo da Barra Pepyry-Guassu, vai atravessar a Pepirizinho, na Argentina, indo dai para ‘Monte Agudo’, e para Fracau na estrada de Possadas e Porto Aguirre; e outra estrada de cargueiro, porém boa que parte da Barra Pepyry e vai atravessar o Jaboty (no Pinhal) alçando a estrada de carro para São Pedro (...) Do divisor Pepyry e Pepirizinho te uma picada de cargueiro que toca a nossa divisa, e sai por piques na colônia Pepery no Brasil, onde tem estrada boa para a de Porto Felix (...) “De Tubuna tem estrada de rodagem que chega até o Pepyry, onde alcança nossas picadas e saem em Lorangeiras, Queimadas, Índio e Flores, na estrada de Porto Feliz a Barracão” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1942o).

É importante destacar que as estradas de rodagem, as de cargueiro, as picadas, cumpriram o papel fundamental de permitir a penetração no interior do território. Essas vias, embora muitas vezes precárias, serviram para o deslocamento da erva-mate, da madeira, de produtos agrícolas, produtos que faziam parte das relações econômicas estabelecidas na região. Os rios e portos também desempenhavam papel importante transportando pessoas, produtos e servindo de pontos de referência no espaço. Podem ser vistos como vias de comunicação e de sociabilidade, permitindo o deslocamento, o contato entre os sujeitos.

Vale destacar, ainda, a importância de Posadas, na Argentina, localidade citada na correspondência do sub-delegado de Santo Antônio. Trata-se da capital do Território Nacional de Misiones, que se destacou ao longo do tempo como centro econômico¹⁸. Alberto Alcaraz (2013), que aborda o surgimento de uma elite proprietária de terras no Território Nacional de Posadas, destaca que esse território argentino se tornou um centro de comércio, de afluxo de pessoas, de contatos interétnicos e de contratação de mão de obra para as *obrages* e ervais da região no final do século XIX¹⁹. A erva-mate, por exemplo, cancheada, ou seja, minimamente

¹⁸ O Território Nacional de Misiones foi criado em 1881, no contexto das pretensões argentinas em expandir seu território, o que culminou na Questão de Palmas. Em 1953 Misiones se tornou uma província argentina, a *Provincia de Misiones*.

¹⁹ *Obrages* eram unidades cobertas por mata subtropical em território argentino de paraguaio, destinadas a exploração da erva-mate e da madeira, ou seja, exploração de produtos nativos. Esse sistema, a partir do século XIX, ultrapassou as fronteiras argentinas e paraguaias e penetrou no oeste e Sudoeste do Paraná, sendo uma prática comum até as décadas de 1920 e 1930.

processada, era enviada pelo rio Paraná até Posadas. Assim, a erva prosseguia por ferrovia a Buenos Aires, onde era beneficiada e comercializada (Alcaraz, 2013).

Isso demonstra, grosso modo, uma faixa de fronteira de muita movimentação de ambos os lados. Portanto, trata-se de uma fronteira marcada pelo dinamismo espacial e de sujeitos. Essa perspectiva certamente não passou despercebido pela DOPS/PR e contribuiu para representar a faixa de fronteira, bem como o Sudoeste do Paraná, como um território de suspeição.

Nessa faixa de fronteira alguns sujeitos foram presos pela polícia. Um desses sujeitos foi Guilherme Falger. Vejamos! Guilherme era austríaco, nascido em Tirol. Trata-se de um sujeito que embarcou de Gênova para o Brasil em 1934, desembarcando no Rio Grande do Sul, rumando, logo em seguida, para a colônia Treze Tílias, em Santa Catarina. Porém, ele pretendia “empregar-se na Argentina onde tem parentes, em virtude de os não possuir aqui” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1943i). Guilherme foi detido em fins de 1943 pela polícia de Clevelândia quando o mesmo estava se dirigindo para a Argentina. Segundo o documento escrito pela D. R. de Clevelândia com ele foi encontrado: uma Certidão de Nacionalidade em idioma austríaco; um passaporte em língua italiana; um salvo-conduto expedido pela Sub-Delegacia de Itapuí, Santa Catarina; um certificado negativo de antecedentes penais expedido pelo Serviço Consular Brasileiro e uma certidão de nascimento em idioma austríaco (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1943i). Uma vez detido Guilherme foi enviado a capital, Curitiba, para prestar esclarecimentos sobre suas intenções na Argentina.

Quem também foi detido na faixa de fronteira com a Argentina foi o alemão Ernesto Nagel. Sobre esse sujeito verificamos que em 10 de abril de 1943, a D. R. de Palmas informava a DOPS, em Curitiba, que havia sido apresentado aquela Delegacia, enviado pela Delegacia de Chopim, o referido alemão. Segundo o documento o mesmo deveria ser remetido à D. R de União da Vitória, o que foi feito. O documento enviado juntamente com dito sujeito, endereçado ao Delegado de União da Vitória, destacava que Ernesto possuía objetos que despertavam preocupação na polícia. Segundo os autos Ernesto “tinha em seu poder um pedaço de mapa deste Estado (Paraná) que usava para seu governo, com o fito de transpor a fronteira para a Argentina, onde o mesmo alegava ter relações com pessoas de sua raça, com as quais mantinha correspondência telegráfica”. Além disso, possuía

uma “faca com bainha (...) tendo na lâmina a figura do ‘Nazismo’ (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1943I). Todos esses objetos seguiram com Ernesto Nagel, primeiro para União da Vitória e, posteriormente, para a DOPS, em Curitiba.

O documento destacava, ainda, que Ernesto verbalizava, abertamente, que “depositava toda a confiança na vitória de Adolf Hitler e que o Brasil havia de sentir o peso alemão” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1943I). Dizia que a: “(...) Argentina tem diversos alemães que se comunicam com a Alemanha por meio de transmissores” e que ele “(...) esperava uma oportunidade para fugir e ir juntar-se aos demais alemães viventes naquele país”, para que a Alemanha “ganhe a guerra e demonstre quão poderoso é o Nazismo” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1943I). Para a polícia, portanto, tratava-se de um “estrangeiro altamente perigoso e capaz das maiores atrocidades para o cumprimento das ordens que lhes são transmitidas a fim de que o ‘eixo’ obtenha a vitória que todos os alemães desejam” (Arquivo Público do Paraná, DOPS, 1943I).

É oportuno ressaltar que além de toda problemática de fronteira descrita até aqui a polícia detecta a presença de sujeitos que se manifestavam a favor da Alemanha na Guerra, o que era crime. Em setembro 1939 a Secretaria de Segurança Pública anunciava a neutralidade do país em relação à Guerra. Isso significava que a partir daquele momento todas as autoridades policiais do país estavam incumbidas de proibir qualquer discussão pública sobre o conflito dentro de suas jurisdições. A polícia estava incumbida de vetar manifestações tanto pró como contra qualquer dos países em luta ou com possibilidades de entrar em conflito. Portanto, manifestar-se a favor da Alemanha, como supostamente teria feito Ernesto, configurava-se crime de ordem política e de segurança nacional, passível de investigação e de prisão. Além disso, tratava-se de um sujeito cujo discurso apontava para a existência de alemães interessados na causa nazista do outro lado da fronteira, mencionava, inclusive, comunicação destes com a Alemanha.

Essas informações iam de encontro a ideia do “perigo alemão”, fomentada a partir do início do século XX, da Primeira Guerra Mundial, em parte pelo próprio governo. Trata-se da ideia de que o Brasil poderia estar entre as “ambições expansionistas dos alemães” por conta da presença de imigrantes alemães no território e sua forma de organização no espaço (Magalhães, 1998, p. 60). René Gertz (1987) explica essa ideia chamando-a de “mito do perigo alemão”, no qual os

imigrantes alemães localizados no sul do país, a partir de 1824, eram vistos como “portadores de instruções incisivas para que se distribuíssem estrategicamente pela região, que interligassem residências com túneis secretos e doutrinassem seus descendentes para (mais tarde) sabotar a nação brasileira” (Gertz, 1987, p. 158).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este trabalho com o intuito de compreender: quais elementos fizeram com que o município de União da Vitória fosse visto pela polícia política como território estratégico de comunicação com o Sudoeste, sobretudo, com a fronteira argentina durante a Segunda Guerra Mundial, particularmente, a partir de 1942, quando houve o posicionamento do Brasil em relação à Guerra? Essa abordagem foi feita a partir de um tipo específico de documentação histórica, documentos da repressão, da polícia política do Paraná.

No percurso optou-se por problematizar a situação dos imigrantes alemães e teuto-brasileiros no contexto político do Estado Novo e da Guerra a partir do diálogo entre uma documentação legislativa e a historiografia que já tratou da temática. Discutiu-se também a constituição e o *modus operandi* da polícia política, o órgão responsável pela repressão no Estado Novo. Na sequência a preocupação foi fazer uma cartografia da repressão em União da Vitória, apresentando a ideia de suspeição, sujeitos e espaços de suspeição por meio do Formulário da SSN, de 1942. Por fim foi problematizado União da Vitória, a região Sudoeste do Paraná e a fronteira com a Argentina como um problema de ordem política e de segurança nacional no contexto da Guerra. Para isso foi explorando o discurso da polícia sobre o município e sua relação com o Sudoeste do Paraná, as tensões históricas de fronteiras, sua relação com a dinâmica de ocupação do espaço, com os alemães, através das ocorrências registradas pela polícia política em União da Vitória, no Sudoeste e na faixa de fronteira envolvendo sujeitos de suspeição.

Uma vez concluído o trabalho é possível tecer algumas considerações, as quais não são definitas, posto que muito ainda se pode explorar e problematizar. Uma dessas considerações diz respeito a fontes. Os documentos da DOPS/PR são relevantes para a pesquisa histórica, pois coloca em foco “os bastidores da ação repressiva do Estado contra grupos ou pessoas considerados perigosos, subversivos”. O diversificado material, composto de fichas, prontuários, correspondências, relatórios, entre muitos outros, tem permitido a análise histórica sob os mais variados enfoques, como mostra Carlos Bacellar (2005, p. 32).

No que diz respeito ao Estado Novo considera-se, em diálogo com a historiografia, que se trata de um governo que estabeleceu todo um ordenamento jurídico, social e simbólico para manter o controle da sociedade, o exercício da autoridade e do poder esteve sempre na ordem do dia desse governo. Esse período é marcado pela interferência do Estado em todos os setores do país. Foi elaborado um projeto político e ideológico articulado e coercitivo. Nesse contexto os alemães e teuto-brasileiros, que estiveram ligados ao processo de colonização do Brasil, sobretudo, na região Sul, foram vistos como inimigos objetivos, conforme explica Arendt (1975). A não assimilação desses sujeitos ao corpo nacional não poderia ser tolerada dentro de um projeto nacionalizador e precisava ser combatida. Com os contornos da Guerra imigrantes alemães e teuto-brasileiros, além de inimigos étnicos, passam a ser caracterizados como inimigos militares do Brasil, perigosos a ordem política e a segurança nacional, colocados debaixo de vigilância e repressão.

Alemães e teuto-brasileiros, entre outros sujeitos, foram alvo da atuação da polícia política, que foi o órgão responsável pela repressão no contexto do Estado Novo e da Guerra, destinado a manutenção da ordem e segurança do Estado. A justificativa era a da defesa dos interesses coletivos, mas, muitas vezes, sua preocupação efetiva era zelar pela segurança dos ocupantes do aparelho de Estado, como explica Motta (2006). Trata-se de uma instituição que foi sustentáculo da ditadura do Estado Novo, marcando a história republicana brasileira pela violência e violação de liberdades individuais. Ademais, está se falando de uma instituição com ligação direta com Getúlio Vargas, que podia utilizá-la conforme seus interesses.

Essa polícia política produziu uma quantidade significativa de informações sobre sujeitos e espaços considerados potencialmente subversivos, os quais atribuímos a ideia de sujeitos e espaços de suspeição, em diálogo com a lógica da suspeição de Marionilde Magalhães (1998). Alemães e teuto-brasileiros foram considerados suspeitos e capazes de atividades contrárias à segurança nacional. Nessa conjuntura todos foram assim identificados, independente dos interesses e das experiências, sem considerar, por exemplo, as dinâmicas de ocupação do espaço, que se iniciaram ainda no século XIX, os interesses, as experiências no Brasil, como aponta Rafael Athaides (2011). Isso quer dizer que nem todos os alemães demonstravam o mesmo fervor em relação à Alemanha. Da mesma forma

nem todos os alemães e teuto-brasileiros eram simpatizantes do nazismo. Mas, a lógica da suspeição alocou todos os sujeitos nesse lugar de suspeito.

Ainda nessa lógica da suspeição o governo do Estado Novo considerava as colônias formadas por estrangeiros, as sociedades, civis, recreativas, corporativas, beneficentes, as escolas, as propriedades agrícolas, as indústrias, empresas prestadoras de serviços, as estradas de rodagem, as ferrovias, os rios navegáveis, as elevações naturais dos terrenos, como espaços potencialmente subversivos que precisavam ser vigiados, controlados, haja vista a elaboração do Formulário da SSN.

Ao confrontar os dados desse formulário com as características populacionais, sociais e geográficas de União da Vitória entende-se porque o município era vigiado de perto pela polícia e objeto de intensas correspondências desta com a DOPS/PR. União da Vitória preenchia quase a totalidade das questões apresentadas no documento. Trata-se de um município com alemães e teuto-brasileiros em todos os espaços: nas colônias, na navegação, próximos a ferrovia, em usina de eletricidade, campo de aviação, em terrenos elevados, eram proprietários de estabelecimentos industriais, prestadores de serviços, etc. Esses sujeitos eram responsáveis por boa parte da economia do município. Muitos alemães e teuto-brasileiros, os “estrangeiros”, na acepção do governo, eram alguns dos representantes da elite econômica e política do município de União da Vitória, sujeitos historicamente enraizados nessa sociedade. Assim, na lógica da polícia, União da Vitória era um paraíso social para a subversão, para a quinta-coluna.

Ademais, União da Vitória pode ser entendida na lógica policial como um “ponto virtualmente estratégico de comunicação (...)” com o Sudoeste do Paraná (Arquivo Público do Paraná, 1942d). Observou-se que vários foram os alemães detidos pela polícia por estarem em movimento para o Sudoeste a partir de União da Vitória. Interessante pontuar também que aqueles detidos no Sudoeste eram enviados pelas respectivas delegacias regionais à União da Vitória, e desta para Curitiba, movimentação facilitada pela ferrovia E.F.S.P.R.G que cortava o município, bem como pela navegação no rio Iguaçu e pelas estradas de rodagem.

Através da documentação das delegacias regionais de Palmas e Clevelândia foi possível observar que no Sudoeste do Paraná a presença de alemães e teuto-brasileiros também era uma questão de ordem política e de segurança nacional. Porém, havia nessa conjuntura o agravante da existência de uma fronteira

internacional. Trata-se de uma fronteira historicamente problemática, haja vista as disputas territoriais entre Portugal e Espanha, a Questão de Palmas, etc.

Além disso, cabe ressaltar que está se falando de duas nações que disputavam a hegemonia na América do Sul. Portanto, a fronteira do Brasil com a Argentina era uma questão importante para o governo brasileiro sob muitos enfoques. Fronteiras são sempre questões importantes conforme visto, por exemplo, na legislação do Estado Novo, que estabeleceu primeiro 100km e logo depois a extensão de 150 km de faixa de fronteira. Aliás, na Carta Magna, de 1988, prevaleceram as normas já estabelecidas por lei, tendo essa extensão sido reforçada no artigo nº. 20. Na Carta essa faixa de fronteira continua sendo “considerada fundamental para defesa do território nacional” sendo sua ocupação e utilização “reguladas em lei” (Brasil, 1988).

Os documentos da DOPS/PR também trouxeram para esta pesquisa a possibilidade de visualização da dinâmica dessa fronteira para além do debate político-administrativo e repressivo. Os documentos da DOPS em Curitiba, das delegacias regionais e das sub-delegacias mostram toda uma geografia do deslocamento e da movimentação de sujeitos pelo Sudoeste do Paraná e faixa de fronteira, evidenciando se tratar de uma região com um dinamismo, com uma população, que se movimenta, que produz, que faz comércio, que se relaciona, que produz subjetividades as mais diversas, que as vezes não é considerado por ser esta uma região mais meridional e interiorana do Brasil. Trata-se de uma região que foge do eixo Rio-São Paulo, recorte do qual emerge boa parte das abordagens clássicas sobre o Estado Novo. Assim, trata-se de um exercício de deslocamento do eixo que pode contribuir com a historiografia sobre a temática estado-novista e da repressão por meio de uma perspectiva regional.

Para finalizar agradeço ao/a leitor/a por ter realizada a leitura até aqui, desejando modestamente que essas páginas tenham contribuído de alguma forma para a compreensão do mundo que nos rodeia, ou pelo menos, causado algum desconforto, alguma reflexão. Que essas páginas também possam levantar outras questões e enfoques na compressão do que foi vivido pelas pessoas em União da Vitória, no Sudoeste do Paraná e na faixa de fronteira com a Argentina em um período conturbado e importante da história do nosso país.

FONTES ARQUIVO

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Política de Clevelândia. Ofício nº 223, de 22 de outubro de 1941a.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Política de Clevelândia. Correspondência do subdelegado de Santo Antônio, 1941b.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Polícia de Rio Negro. Formulário da Seção de Segurança Nacional, 1942a.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Política de União da Vitória. Fichário Provisório Individual de Frederico Luedke, 1942b.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória. Ofício da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina sobre suspeitos, 7 de agosto de 1942c.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória. Relatório de Tarciso Vicente de Castro, 12 de janeiro de 1942d.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória. Lista dos funcionários da Empresa Alexandre Schlemm S.A, 10 de junho de 1942e.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Política de União da Vitória. Propagandas dos produtos da Fábrica de Bebidas de Antonio Missau, 1942f.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Política de Palmas. Auto de infração referente a Faustino Waldomiro, 28 de setembro de 1942g.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Política de Palmas. Ofício nº 36, referente a criação do Território Federal do Iguaçu, 22 de outubro de 1942h.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Política de Palmas. Correspondência sobre o Território Federal do Iguaçu, 1942j.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Política de Clevelândia. Ofício referente a investigações na fronteira argentina sobre campo de aviação, 18 de março de 1942l.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Política de Clevelândia. Ofício referente a investigações na fronteira argentina sobre campo de aviação, 18 de março de 1942m.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Política de Palmas. Ofício sobre prisão de João Krugel, 10 de abril de 1942n.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Política de Palmas. Correspondência sobre estradas na fronteira com a Argentina, 1942o.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória. Ofício, nº. 1851, sobre fichas destinadas ao registro de hóspedes 25 de outubro de 1943a.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Política de Palmas. Ofício nº 38, multa Empresa de Transportes de Clevelândia, 03 de março de 1943b.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Política de Palmas. Ofício sobre prisão de Adolfo Keipor, 10 de abril de 1943c.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Política de Clevelândia. Ofício nº 550 sobre vigilância da região de fronteira com a Argentina, 4 de março de 1943e.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Política de Palmas. Ofício nº 57, referente a investigações em Mangueirinha e Chopim, 12 de novembro de 1943f.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Política de União da Vitória. Ofício referente a prisão de Arthur Born, 1943g.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Política de União da Vitória. Ofício referente a prisão de Arthur Born, 1943h.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Política de Clevelândia. Ofício sobre Guilherme Falger, 13 de dezembro de 1943i.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Política de Clevelândia. Ofício referente ao boletim clandestino ligado a 5º coluna, 27 de setembro de 1943j.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Política de Palmas. Ofício nº 56, prisão de Ernesto Nagel, 10 de abril de 1943l.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta Delegacia de Política de Clevelândia. Boletim clandestino, 1943m.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória. Ofício nº. 66, Companhia Cervejaria Antártica Paulista, 10 de fevereiro de 1944a.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta da Delegacia de Polícia de Palmas. Ofício sobre José Turteltaub, 24 de março de 1944b.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta da Delegacia de Polícia de Palmas. Ofício sobre José Turteltaub, 13 de abril de 1944c.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta da Delegacia de Polícia de Palmas. Ofício sobre José Turteltaub, 24 de junho de 1944d.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta da Delegacia de Polícia de Palmas. Ofício sobre José Turteltaub, 10 de julho de 1944e.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta da Delegacia de Polícia de Palmas. Ofício sobre José Turteltaub, 25 de julho de 1944f.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. Pasta da Delegacia de Polícia de Palmas. Salvo-conduto Especial para Estrangeiros, Hans Surminski, 1944g.

LIVRO de Atas. Câmara Municipal de União da Vitória, 1896.

FONTES JORNAIS

O COMÉRCIO. Porto União. **Campo de Aviação**, nº. 198, 23 de abril de 1939.

O COMÉRCIO. Porto União. **Alexandre Schlemm. Convocação**, nº. 208, 25 de fevereiro de 1940.

DOCUMENTOS LEGISLATIVOS

BRASIL. **Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Coleção das Leis do Império do Brasil (1808-1889). biblioteca da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18364>

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm

BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 10 de novembro de 1937. Diário Oficial, Rio de Janeiro, DF, 10 de novembro 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm

BRASIL, Decreto Federal nº 406, de 4 de Maio de 1938. **Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional**. Diário Oficial, Rio de Janeiro, DF, 6 de maio de 1938, p. 8494. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-norma-pe.html>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: STF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

UNIÃO DA VITÓRIA. Plano Diretor. Prefeitura Municipal de União da Vitória, 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCARAZ, Alberto. *Domingo Barthe: la gestación de una “elite” propietaria de tierras en el Territorio Nacional de Misiones entre 1870-1920 y la explotación yerbatera-maderera en el Alto Paraná*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2013.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos imigrantes e migrantes. In: **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALVES, Eliane Bisan. **Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo: a comunidade alemã sob vigilância do DEOPS**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAFESP, 2006.

ANSBACHACH, Osmar. Navegando na memória: o patrimônio cultural da extinta hidrovía do rio Iguaçu. Ponta Grossa, 2008.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Rio de Janeiro: Documentário, 1975.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BAUER, Caroline Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3 andar: terrorismo de estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História)–UFRGS, Porto Alegre, 2006.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia na era Vargas**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

CARNEIRO, Maria L. Tucci. Os arquivos da polícia política brasileira: intolerância, repressão e resistência. In: VIANNA, Marly de A. G; SILVA, Érica S; GOLÇALVEZ, Leonardo P. **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na era Vargas**. Mauad X: FAPERJ, p. 13-32, 2014.

CARPI; Lúcia; CAMPOS, Jéssica Moura. Política, ciência e “higiene social”. In: **DOPS: A lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, p. 28-31, 1993.

CHARTIER, R. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**, 11 (5), 1991.

CLETO DA SILVA, Jose. **Apontamentos históricos de União da Vitória (1768-1933)**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1933.

CUNHA, Jorge. **Os colonos alemães em Santa Cruz e a fomicultura**. Dissertação. Curitiba: Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

DIETRICH, Ana Maria. **Caça as suásticas: o Partido Nazista de São Paulo sob a mira da polícia política**. São Paulo Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesp, 2007.

ESPIG, Márcia Janete. A construção da Linha Sul da estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1910) mão de obra e migrações. In: **Varia História**. Belo Horizonte, vol.28, nº. 849, jul./dez., p.849-869, 2012.

GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1991.

HACKENHAAR, Clayton. O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945): disputas políticas e conflitos culturais. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015.

HOBBSAWN, Eric. **A era das revoluções (1789-1848)**. Editora Paz e Terra, 1996.

LAZIER, Hermógenes. **Origens de Porto União da Vitória**. União da Vitória: Uniporto Grafica e Editora Ltda, 1985.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: UNESP, 2001.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. A lógica da suspeição. sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 17, nº. 34, 1997.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Brasil e Argentina em perspectiva histórica. In: **Perspectivas**, p. 131-143, 2001-2002.

MOTTA, Rodrigo Patto. O ofício das sombras. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: APM, ano XLII, nº.1, jan.-jun., p.52-67, 2006.

OLIVEIRA, Dennison de. Dilemas estratégicos do Brasil na Segunda Guerra Mundial: Defesa Hemisférica, política de nacionalização e subversão nazista no Sul do país (1939-1943) In: **Fronteiras**: Revista Catarinense de História. Associação Nacional de História – Seção Santa Catarina. Florianópolis, nº. 26, p. 50-53, 2015.

PANDOLFI, Dulce Chaves. O Golpe do Estado Novo (1937). 2004 Disponível em: <https://web.bndes.gov.br>

PÊGO, Bolívar. **Fronteiras do Brasil**: referências para a formulação de políticas públicas. Vol. 6. Brasília: Ipea, 2021.

PETRONE, Maria Tereza. Política imigratória e interesses econômicos: (1824-1930). In: **Emigrazioni europee e popolo brasiliano (Atti del Congresso euro-brasiliano sulle migrazioni)**. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1987.

PESAVENTO, S. J. Fronteiras culturais em um mundo planetário - paradoxos da(s) identidade(s) sul-latino-americana(s). **Revista del CESLA**, n. 8, p. 9-19, 2006.

PRIORI, Ângelo; POMARI, Luciana Regina; AMÂNCIO, Silvia Maria; IPÓLITO, Verônica Karina. **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012.

PRIORI, Angelo; IPÓLITO, Verônica. DOPS, a cidade de Rolândia (PR) e a repressão aos imigrantes de origem alemã (1942-1945). In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 31, nº. 56, p. 547-580, 2015.

POMARI, Luciana Regina; PRIORI, Angelo. DOPS, trabalhadores rurais, comunistas e anticomunistas. In: **Revista Espaço Acadêmico**. nº. 128, p. 102-109, 2012.

RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. Território Federal do Iguaçu. In: **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense**. Chapecó: Editora UFFS, pp. 138-139, 2018.

RIESEMBERG, Alvir. **A instalação humana no vale do Iguaçu**. [S.l.: s.n.], 1973.

RAHMEIER, Andrea Helena. 1942 - Brasil corta relações diplomáticas e declara Guerra a Alemanha. Como isto aconteceu? In: **Fronteiras: Revista Catarinense de História**. Associação Nacional de História – Seção Santa Catarina. Florianópolis, nº. 26, p. 74-89. 2015.

RÉMOND, René. RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editoria FGC, p. 441-454, 2003.

SILVA, Marina Helena Chaves. **Vivendo com o outro: os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial**. Salvador: UFBA, 2007.

SILVA E MELO, Karina Moreira Ribeiro da. A execução do tratado de Santo Ildefonso e as atuações indígenas na fronteira platina. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS** Vol. 10 Nº 19, Janeiro - Junho de 2018.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. Vol. V. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

ANEXO 01
Formulário da SSN - 1942

2

2ª VIA

QUESTIONÁRIO

1) Nos 10 últimos anos tem-se verificado a entrada, no município, de imigrantes estrangeiros ?

a) Qual o seu total aproximado, por nacionalidades ?

Quantos alemães ?... *27*..... Quantos italianos ?... *1*.....

Quantos japoneses ?... *2*..... Quantos espanhóis ?... *2*.....

Quantos sírios ?... *13*..... Quantos judeus ?.....

De outras nacionalidades, quantos ? *Português 1; Polónia 4; Rumeno 2; Tcheco 1; Suíça 1; Inglês 1; Austríaco 2;*

b) A que atividades se têm dedicado ?

Agricultura ?... *Sim. Alemães*.....

Indústria ?.....

Comércio ?... *Sírios*.....

(Indicar as nacionalidades que se mais têm dedicado a cada uma dessas atividades)

2) Há, no município, colônias ou núcleos estrangeiros ?... *Não*.....

Quais ?.....

(Indicar, relativamente a cada núcleo, a nacionalidade e o número aproximado de habitantes, e dar outras informações de caráter local e nacional)

44

19

3) Qual o número aproximado de estrangeiros residentes na sede do município ?

Alemães... 132 Italianos... 2
Japoneses... 1 Espanhóis... 4
Sírios... 13 Judeus.....

Outras nacionalidades? *Austríacas 46; Americanas do Sta-
do 1; Portugueses 3; Poloneses 15; Romanças 13; Fin-
gones 1.*

4) Quais as sociedades civis, recreativas, culturais, beneficentes, etc., fechadas em consequência do rompimento de relações com a Alemanha, Itália e Japão ? *Sociedade de Srs. Srs. do Alu*

5) Há sociedades civis de súditos desses países funcionando ?
Quais ? *Não*

(declarar se foram nacionalizadas e se estão efetivamente afeitas ao ambiente nacional)

6) Há sociedades estrangeiras de outras nacionalidades ?
Quais ? *Não*

(as mesmas indicações da questão anterior)

7) Há sociedades cooperativas de estrangeiros ? *Não*

(Denominação de cada uma, nacionalidade e o número de associados; notícias gerais sobre sua organização e desenvolvimento)

8) Possuem os estrangeiros escolas particulares para a educação de seus filhos ? *Não* ... Quantas ? (por nacionalidade)

45

"C"

9) Indicar, por nacionalidades, quantos filhos de estrangeiros frequentam as escolas públicas ou grupos escolares:

<i>Albaneses</i> 14	<i>Polacos</i> 2
<i>Austriacos</i> 2	<i>Rumenos</i> 1
<i>Sérvios</i> 6	
<i>Uruguaios</i> 1	

10) Há, famílias estrangeiras cujos filhos não frequentam escolas? *Não*. De que nacionalidades?

Quais os motivos?

Relativamente às propriedades agrícolas pertencentes a estrangeiros:

11) Há no município, propriedades agrícolas (chácaras, sítios ou fazendas) pertencentes a estrangeiros? *Não*.....

a) Qual a denominação de cada uma, o nome e a nacionalidade do proprietário, época em que foi adquirida, sua distância da sede do município, sua extensão e valor de aquisição, espécie de gêneros que produz, quantidade e valor aproximado da produção anual e o número de empregados estrangeiros a seu serviço: *prejudicado*

12) Há propriedades agrícolas arrendadas a estrangeiros? *Não*.
Qual a denominação de cada uma, o nome e a nacionalidade do arrendatário, sua distância da sede do município, sua extensão, data e valor anual do arrendamento, espécie de gêneros que

46

"d"

produz, quantidade e valor aproximado da produção anual e o número de empregados estrangeiros a seu serviço:

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

(Indicar apenas os nomes das propriedades nas respostas de 13 a 20)

- 13) Quais as propriedades agrícolas, pertencentes ou arrendadas a estrangeiros, localizadas na mesma zona ? *Não*
.....
.....
.....
- 14) Quais as propriedades agrícolas pertencentes ou arrendadas a estrangeiros que estão próximas de leitos de estradas de ferro ?
Nenhuma.....
.....
- 15) Quais as que estão próximas de estradas de rodagem ?
Nenhuma.....
.....
- 16) Quais as que estão próximas de aeroportos ou de campos de aviação ?
Nenhuma.....
.....
- 17) Quais as que estão próximas de usinas de eletricidade ?
Nenhuma.....
.....
- 18) Quais as que estão próximas de rios navegáveis ?
Nenhuma.....
.....
- 19) Quais as que estão próximas de fábricas de armas, munições ou explosivos ?
Nenhuma.....
.....
- 20) Quais as que estão localizadas em elevações de terreno que dominem a sede do município ou as principais estradas que a esta vão ter ?
Nenhuma.....

47

41

21) Há residências de estrangeiros (alemães, italianos ou japoneses) localizadas isoladamente em quaisquer dos pontos estratégicos mencionados nas perguntas anteriores? *Não*
Quais os seus nomes e nacionalidades?

.....
.....

22) Há, no município, estabelecimentos industriais? *Sim*
Quais?

(Indicando sobre cada um: a firma ou o nome da empresa, nomes e nacionalidades do proprietário, dos sócios ou dos diretores, o ramo da indústria, o número aproximado de operários, a quantidade e o valor aproximado da produção anual):

*Firma Carlos Müller - proprietário Carlos Müller, alemão, (3) três operários, produção anual Cr. \$ 20.000,00 fábrica de facovas e vassouras -
Fábrica Senhor Bom Jesus de fogo de artifício, proprietário Osvaldo de Paula Costa, operário e mecânico; produção anual R. 167 duzentos no valor de Cr. \$ 14.000,00*

Firma Emilia Von Binsingen & Cia. Sócios Emilio e Elypio Von Binsingen, brasileiros, Beneficiamento de Erva-Mate, 5 operários, produção anual 207.000 quilos no valor Cr. \$ 218.400,00

Firma Nélia & Mazzale, pro-rietária Paula Nélia e Delfanda Mazzale, brasileiros, fábrica de Néveis e Bichanos e Serraria, 10 operários todos nacionais, há falta de operários valor anual da produção 220.000,00 Cruzzeiros;

Indústria Nacional de Compensados Rodas, ações: Omival e Nilo Servalho, Olypio C. Nelo, Hedeonias Nelo, João G. Nelo e Lourival C. Nelo, Herino Ferreira, João Kopp Junior, Renato B. da Fonseca, brasileiros, e Joaquim Augusto Santos Araujo e Bráulio Monteiro Guimarães de nacionalidade portuguesa madeiras compensadas e laminadas, fábrica de caixas e Serraria. 260 ops., tudo um (1) (1) um alemão. produção 10.000 m³ de madeira compensada de 180 vigas de madeira serrada. valor Cr. \$ 14.000,00

23) Há falta de operários para a indústria? *Não*

24) Qual a percentagem, por nacionalidade, de operários estrangeiros?

.....
.....

25) Há falta de trabalhadores para o campo? *Sim*

26) Possuem os estrangeiros, em suas colônias ou em suas propriedades, armas, munições ou explosivos? *Não*

27) Suas atividades ou profissões justificam a necessidade de armas, munições ou explosivos? *Não*

Por que?
.....
.....
.....

48

21472-10

"f"

- 28) Os estrangeiros que vivem no município manifestam, ou manifestavam antes do rompimento de relações com a Alemanha, Itália e Japão, simpatia pelas doutrinas políticas vigorantes nesses países, ou entusiasmo por seus feitos de guerra ? *Sim*
- 29) Há, no município, brasileiros naturalizados que não estejam efetivamente adaptados ao ambiente nacional ? *Não*
- 30) Quais as nacionalidades em que, mesmo depois da naturalização, se verifica o apêgo do indivíduo à nacionalidade de origem ?
Alemaã.....
- 31) Há, no município, estrangeiros suspeitos de atividades contrárias ao regime político nacional, ou nocivas aos interesses e à segurança do país ? *Não*
Quais ?.....
- 32) Os suspeitos estão sob vigilância policial ?
- 33) Há possibilidades de perturbação de ordem local, por parte de estrangeiros, no momento ? *Não*
- 34) Se fôr retirado o elemento militar do município é possível que os estrangeiros tentem subverter a ordem ? *Não*
- 35) Em caso afirmativo, quais as medidas preventivas aconselháveis, dadas a situação peculiar do município, a densidade e localização da população estrangeira, e outros fatores locais ?
.....
- 36) Possuem as autoridades locais (policiais e administrativas) meios eficazes para uma ação preventiva permanente ? *Sim*
- 37) De que recursos carecem ? *Nenhuma*
.....
- 38) Havendo perturbação da ordem, tanto na hipótese do n.º 29, como na do n.º 30, poderão as autoridades do município debelá-la com seus próprios meios ? *Sim*
- 39) De que recursos, em pessoal e material, carecerão em tal emergência ?
.....

49

97624.70

"g"

- 40) Há, no município, antigos integralistas que se mantêm fiéis à doutrina de seu extinto partido ? *Não*
- 41) Muitos ?.....
Quais ?.....
.....
.....
.....
.....
- 42) Há, no município, brasileiros manifestamente contrários ao atual regime político nacional ? *Não*
- 43) Muitos ?.....
Quais ?.....
.....
.....
- 44) Há, no município, brasileiros partidários, na atual guerra, da Alemanha, da Itália e do Japão ? *Não*
- 45) Muitos ?.....
Quais?
- 46) Há, no município, brasileiros que se manifestem contrários ao rompimento de relações diplomáticas com aquêles países ? *Não*
- 47) Muitos ?.....
- 48) Qual a sua percentagem aproximada ?.....
- 49) Há, no município, brasileiros que se afigurem capazes de auxiliar estrangeiros em atividades contrárias aos intêresses ou à segurança nacionais ?.. *Não*
- 50) Muitos ?.....
Quais ?.....
.....
.....
- 51) Há, no município, elementos suspeitos de professarem idéias comunistas ? *Não*
- 52) Muitos ?.....
Quais ?.....
.....
.....
- 53) Há, no município, fábricas de armas, munições e explosivos ?
(Indicar, relativamente às fábricas pertencentes a particulares: nomes, nacionalidades e residências dos proprietários, sócios principais e diretores da empresa; os tipos das armas, munições e explosivos e a média da produção anual:
*Fábrica de fogos de artifício, proprietário, Geraldo de Souza...
seite de nacionalidade Brasileira, produzindo 1.100 dúzias
anuais.*

30

9767.470

"R"

54) Há, no município, casas comerciais negociando com armas, munições ou explosivos? *Sim*

Indicar, relativamente a cada uma: nome da casa, a firma dos proprietários ou o nome da empresa, o nome e a nacionalidade do comerciante, dos sócios ou dos diretores, há quanto tempo negociam com tais artigos e o estoque atual de cada casa:

Armazem "Santa Cruz", proprietário Carlos Schmidt, Sobrinho, negociando com armas e munição desde 1930. Estoque atual: 334 balas calibre 38; 90 balas calibre 320; 217 balas calibre 380; 44 balas calibre 7,65 - Bobvara: para casa 42 kg 350 grs; para mina 138, 400 grs. Costa prim 16 róllos. Espalita central = 12.450; espalita de ouvido = 19.500

55) Quais os nomes, nacionalidades, profissões e residências das pessoas que adquiriram maior quantidade de armas, munições e explosivos de janeiro de 1941 a junho de 1942?

Wasser & Geffer de profissão pedreiros, residentes da rua Saturnino. Distrito desta cidade

56) As vendas de armas, munições e explosivos, em qualquer quantidade, dependem de prévia licença da autoridade?

57) A verificação dos estoques é feita mensalmente?

58) Qual a orientação da polícia local quanto ao porte de armas:

Há liberdade? *Não*... Tolerância na cidade? *Não*...
Na zona rural? *Não*... Concessão de licença especial? *Sim*...
Rigor na repressão? *Sim*...

59) Qual o número de prisões efetuadas, de 1935 a 1941, por porte ou uso de armas? *Nenhuma*

60) Qual o total de armas proibidas apreendidas no mesmo período, com ou sem processo? *61*....

61) Quais os [nomes e a nacionalidade dos [estrangeiros autuados por porte de armas durante o ano de 1941? *nenhuma*

51

"ج"

62) Durante o ano de 1941 foram apreendidas armas nas residências de estrangeiros? *Não*...

63) Quais os nomes e a nacionalidade desses estrangeiros?

64) E' o município sede de unidade ou destacamento do Exército Nacional? *Sim*... Qual? *II. PAPP. FV:* de Polícia ou Fôrça Militar estadual? qual o efetivo da guarnição?

de Guarda ou Polícia Municipal? qual a sua organização, efetivo e armamentos?

65) De que elementos dispõe a Polícia Civil, no município? (Indicar os nomes das autoridades e dos agentes)

Ten. João Cherpinski, Delegado Legionar; Subdelegados: Mathias Augusto Bach, Augusto Barsmann Sobrinho e Ermelino Bachar Junior. Subdelegados: Antônio Vieira Sobrinho, Luiz Godoy, Francisco Guimarães Cordes, Eiken, Campo de Ten. Bengari.

66) Há linhas de tiro de guerra? *Não*... Denominação e freqüência:

67) Há centros de preparação de oficiais da reserva? *Não*...

68) Há sociedades civis de tiro: ao alvo? *Não*... aos pombos? *Não*... outras?

69) Há estações transmissoras e receptoras de rádio-amadores? *Não*.

52

97617A70

"j"

Quais os nomes, nacionalidade e residências dos proprietários de cada uma ?

.....
.....
.....

70) Há no município organização de corpo de bombeiros ?
De que recursos dispõe ?

.....
.....
.....

Qual o seu efetivo ?

71) Possui serviço de pronto socorro ? *Sim*
De quantas ambulâncias dispõe ? *nenhuma*
Quantos leitos tem o respectivo hospital?

72) Quantos e quais os hospitais existentes no município ? *dois* ...
(Indicar, relativamente a cada um, o número de leitos).
... *Hospital Senhor Dom Jesus - 50 leitos*
... *Maternidade da Associação de Caridade - 30 leitos*

73) Quantos médicos há no município ? ... *7*

74) Quantas farmácias ? ... *4*

75) Quantos enfermeiros ? ... *5*

76) Há, no município, empresas de transportes e cargas percentences a firmas estrangeiras ? ... *Sim* ...

Quais?

(Indicar, relativamente a cada empresa, o nome, a firma, nomes e nacionalidades dos sócios, cidades a que servem e o número e tipo de seus veículos. Nos municípios onde houver muitas empresas deverá ser feita uma relação separada.)

53

9767A30